

## VOLUME 2

### SECÇÃO 2: CONDIÇÕES GERAIS DOS CONTRATOS DE EXECUÇÃO DE OBRAS FINANCIADOS PELA COMUNIDADE EUROPEIA

#### ÍNDICE

<i>DISPOSIÇÕES PRELIMINARES</i> -----	3
ARTIGO 1º : Definições -----	3
ARTIGO 2º : Legislação aplicável e língua do contrato-----	3
ARTIGO 3º : Ordem de precedência dos documentos do contrato-----	3
ARTIGO 4º : Comunicações -----	3
ARTIGO 5º : Fiscal da obra e representante do fiscal da obra -----	4
ARTIGO 6º : Cessão da posição contratual-----	5
ARTIGO 7º : Subcontratação-----	5
<i>OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE</i> -----	6
ARTIGO 8º : Entrega de documentos -----	6
ARTIGO 9º : Acesso ao local da obra-----	6
ARTIGO 10º : Assistência em matéria de regulamentação local-----	6
<i>OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO</i> -----	7
ARTIGO 11º : Obrigações gerais -----	7
ARTIGO 12º : Direcção da obra -----	9
ARTIGO 13º : Garantia de execução-----	9
ARTIGO 14º : Seguro-----	10
ARTIGO 15º : Programa de execução -----	11
ARTIGO 16º : Discriminação pormenorizada dos preços-----	12
ARTIGO 17º : Peças desenhadas do adjudicatário -----	12
ARTIGO 18º : Suficiência dos preços da proposta -----	13
ARTIGO 19º : Riscos excepcionais -----	13
ARTIGO 20º : Segurança do local da obra-----	14
ARTIGO 21º : Protecção das propriedades adjacentes-----	14
ARTIGO 22º : Interferência com o trânsito -----	14
ARTIGO 23º : Cabos e condutas -----	15
ARTIGO 24º : Implantação -----	15
ARTIGO 25º : Materiais de demolição-----	16
ARTIGO 26º : Achados-----	16
ARTIGO 27º : Obras temporárias -----	16
ARTIGO 28º : Estudos geotécnicos -----	17
ARTIGO 29º : Sobreposição de contratos -----	17
ARTIGO 30º : Patentes e licenças -----	17
<i>INÍCIO E ATRASOS</i> -----	17
ARTIGO 31º : Ordem de início dos trabalhos -----	17
ARTIGO 32º : Prazo de execução dos trabalhos -----	18
ARTIGO 33º : Prorrogação do prazo de execução dos trabalhos -----	18
ARTIGO 34º : Atrasos na execução -----	18
ARTIGO 35º : Alterações -----	19
ARTIGO 36º : Suspensão dos trabalhos -----	21

<i>MATERIAIS E ENTREGAS</i> -----	22
<i>ARTIGO 37° : Livro de obra</i> -----	22
<i>ARTIGO 38° : Origem</i> -----	23
<i>ARTIGO 39° : Qualidade da obra e dos materiais</i> -----	23
<i>ARTIGO 40° : Inspeções e ensaios</i> -----	23
<i>ARTIGO 41° : Rejeição de materiais</i> -----	24
<i>ARTIGO 42° : Propriedade das máquinas e dos materiais</i> -----	25
 <i>PAGAMENTOS</i> -----	26
<i>ARTIGO 43° : Princípios gerais</i> -----	26
<i>ARTIGO 44° : Pré-financiamentos</i> -----	27
<i>ARTIGO 45° : Montantes da retenção</i> -----	27
<i>ARTIGO 46° : Revisão de preços</i> -----	28
<i>ARTIGO 47° : Medições</i> -----	28
<i>ARTIGO 48° : Pagamentos intercalares</i> -----	29
<i>ARTIGO 49° : Acerto de contas final</i> -----	30
<i>ARTIGO 50° : Mora no pagamento</i> -----	31
<i>ARTICLE 51° : Pagamentos a terceiros</i> -----	31
<i>ARTICLE 52° : Pedidos de pagamentos adicionais</i> -----	31
<i>ARTIGO 53° : Data-limite de autorização</i> -----	32
 <i>RECEPÇÃO E MANUTENÇÃO</i> -----	32
<i>ARTIGO 54° : Verificação das obras</i> -----	32
<i>ARTIGO 55° : Meios de verificação</i> -----	32
<i>ARTIGO 56° : Recepção parcial</i> -----	33
<i>ARTIGO 57° : Recepção provisória</i> -----	33
<i>ARTIGO 58° : Obrigações durante o período de garantia</i> -----	34
<i>ARTIGO 59° : Recepção definitiva</i> -----	35
 <i>INCUMPRIMENTO E RESCISÃO DO CONTRATO</i> -----	35
<i>ARTIGO 60° : Incumprimento do contrato</i> -----	35
<i>ARTIGO 61° : Rescisão pela Entidade Adjudicante</i> -----	36
<i>ARTIGO 62 : Rescisão pelo adjudicatário</i> -----	38
<i>ARTIGO 63° : Força maior</i> -----	38
<i>ARTIGO 64° : Morte</i> -----	39
 <i>RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS</i> -----	40
<i>ARTIGO 65° : Resolução amigável de litígios</i> -----	40
<i>ARTIGO 66° : Resolução contenciosa de litígios</i> -----	40
 <i>CLÁUSULAS DEONTOLÓGICAS</i> -----	40
<i>ARTIGO 67° : Cláusulas deontológicas</i> -----	40
<i>ARTIGO 68° : Sanções administrativas e financeiras</i> -----	42
<i>ARTIGO 69° : Verificação e controlo por parte de organismos comunitários</i> -----	42

## **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

### **ARTIGO 1º: Definições**

- 1.1** Considera-se que os títulos e epígrafes das presentes condições gerais não fazem parte integrante destas últimas, não sendo tomados em consideração para efeitos da interpretação do contrato.
- 1.2** Sempre que o contexto o permita, considera-se que os termos utilizados no singular incluem o plural e vice-versa e que os termos utilizados no masculino incluem o feminino e vice-versa.
- 1.3** Os termos referentes a pessoas ou Partes abrangem empresas e sociedades, bem como qualquer outra organização dotada de capacidade jurídica.

### **ARTIGO 2º: Legislação aplicável e língua do contrato**

- 2.1** A lei aplicável relativamente a todas as questões não abrangidas pelas disposições contratuais é a especificada nas condições especiais.
- 2.2** O contrato e toda a correspondência trocada entre as Partes devem ser redigidos na língua do processo.

### **ARTIGO 3º: Ordem de precedência dos documentos do contrato**

- 3.1** Salvo disposição em contrário prevista nas condições especiais, o contrato é constituído pelos seguintes documentos, por ordem de precedência:
  - a) Contrato
  - b) Condições especiais (Parte II)
  - c) Condições gerais (Parte I)
  - d) Especificações técnicas
  - e) Documentação do projecto (peças desenhadas)
  - f) Mapa das quantidades de trabalho com indicação dos preços (após correcções aritméticas)/Lista de preços
  - g) Proposta e os respectivos anexos
  - h) Outros documentos que façam parte do contrato

As adendas têm a ordem de precedência do documento que alteram.

- 3.2.** Considera-se que os vários documentos que constituem o contrato são mutuamente explicativos. Em caso de ambiguidade ou de divergência, devem ser interpretados em função da ordem de precedência supra.

### **ARTIGO 4º: Comunicações**

- 4.1** As comunicações entre a Entidade Adjudicante e/ou o fiscal da obra, por um lado, e o adjudicatário, por outro, devem ser efectuadas exclusivamente por escrito. Salvo disposição em contrário das condições especiais, as comunicações entre a Entidade Adjudicante e/ou o fiscal da obra, por um lado, e o adjudicatário, por outro, devem ser enviadas por correio, cabo, telex, correio electrónico ou fax, ou entregues em mão nos endereços indicados para o efeito pelas Partes.

- 4.2** Caso o remetente exija um aviso de recepção, deve indicar esse facto na comunicação. Sempre que esteja fixada uma data-limite de recepção de uma comunicação por escrito, o remetente deve solicitar um aviso de recepção da sua comunicação. Em qualquer caso, o remetente deve tomar todas as medidas necessárias para assegurar a recepção da sua comunicação.
- 4.3** Salvo disposição em contrário, sempre que o contrato preveja qualquer notificação, autorização, aprovação, certificado ou decisão, os mesmos devem ser efectuados por escrito, devendo os termos «notificar», «certificar», «aprovar» ou «decidir» ser interpretados nessa conformidade. Tais autorizações, aprovações, certificados ou decisões não podem ser recusados ou retardados sem motivo.

## **ARTIGO 5º: Fiscal da obra e representante do fiscal da obra**

- 5.1** O fiscal da obra executa as obrigações especificadas no contrato. Salvo se expressamente previsto no contrato, o fiscal da obra não tem poderes para eximir o adjudicatário de qualquer das suas obrigações contratuais.
- 5.2** Ocasionalmente e embora sendo o último responsável, o fiscal da obra pode delegar no seu representante qualquer das atribuições ou poderes que lhe tenham sido conferidos, podendo a qualquer momento revogar tal delegação ou substituir o seu representante. Tal delegação, revogação ou substituição deve ser efectuada por escrito, só produzindo efeitos após o adjudicatário ter recebido uma cópia da mesma.
- 5.3** Qualquer comunicação realizada pelo representante do fiscal da obra ao adjudicatário em conformidade com a referida delegação produz os mesmos efeitos que se tivesse sido realizada pelo próprio fiscal da obra, não obstante:
- a) O facto de o representante do fiscal da obra não ter recusado a aprovação de qualquer obra, materiais ou máquinas não prejudica os poderes do fiscal da obra para recusar a aprovação de tais obra, materiais ou máquinas e para dar as instruções necessárias para a sua correcção;
  - b) O fiscal da obra pode anular ou alterar o conteúdo de tal comunicação.
- 5.4** As instruções e/ou ordens do fiscal da obra serão dadas através de ordens administrativas. As referidas ordens devem ser datadas, numeradas e inscritas num registo pelo fiscal da obra, devendo, se for caso disso, ser entregues em mão cópias das mesmas ao representante do adjudicatário.
- 5.5** O adjudicatário deve assegurar o livre acesso do fiscal da obra aos locais onde são executadas as obras previstas no contrato e fornecer-lhe todas as informações que o mesmo possa solicitar. O fiscal da obra pode fiscalizar e inspeccionar todos os materiais que estejam a ser preparados ou fabricados para entrega ao abrigo do contrato. Para o efeito, pode efectuar os ensaios que considere necessários de entre os que estão previstos nas presentes condições gerais, completados e alterados, se for caso disso, pelas condições especiais, por forma a verificar se os materiais e objectos correspondem à qualidade e à quantidade requeridas. Pode exigir a substituição ou a reparação, conforme o caso, dos materiais que não sejam conformes ao contrato, mesmo após a sua instalação. Pode igualmente propor uma redução do preço, que, caso seja aceite pelo adjudicatário, coloca este último ao abrigo de reclamações por eventuais defeitos detectados. Pelo facto de tal fiscalização e inspecção terem sido efectuadas, o adjudicatário não fica isento das suas responsabilidades, caso as obras sejam recusadas pelo fiscal da obra.
- 5.6** O adjudicatário colocará à disposição do fiscal da obra, temporária e gratuitamente, os dispositivos e instrumentos especificados nas condições especiais que sejam considerados necessários para a verificação e inspecção das obras a executar e dos materiais a fornecer.

- 5.7** No exercício das suas funções, o fiscal da obra só revelará as informações por ele obtidas, no âmbito da sua supervisão e inspecção e no que respeita aos métodos de fabrico e de funcionamento da empresa, às autoridades que tenham de ter conhecimento de tais informações.

## **ARTIGO 6º Cessão da posição contratual**

- 6.1** Uma cessão da posição contratual é unicamente válida se for objecto de um acordo escrito pelo qual o adjudicatário transmite o seu contrato ou parte do mesmo a um terceiro.
- 6.2** O adjudicatário não pode, sem o consentimento prévio por escrito da Entidade Adjudicante, ceder o contrato ou qualquer parte do mesmo, ou qualquer benefício ou interesse dele resultante, excepto nos seguintes casos:
- a) Crédito, em favor do banco do adjudicatário, de quaisquer montantes vencidos ou a vencer nos termos do contrato.
  - b) Transmissão à companhia de seguros do adjudicatário do seu direito de indemnização contra quaisquer outras pessoas responsáveis, nos casos em que as companhias de seguros não tenham aceite a responsabilidade ou prejuízos do adjudicatário.
- 6.3** Para efeitos do disposto no nº 2, a aprovação de uma cessão da posição contratual pela Entidade Adjudicante não exime o adjudicatário de nenhuma das suas obrigações contratuais relativamente à parte do contrato já executada ou à parte não transmitida.
- 6.4** Caso o adjudicatário tenha transmitido o seu contrato sem autorização, a Entidade Adjudicante pode, sem notificação formal, aplicar as sanções por incumprimento do contrato previstas nos artigos 60º e 61º.
- 6.5** Os cessionários devem satisfazer os critérios de elegibilidade aplicáveis para a adjudicação do contrato.

## **ARTIGO 7º Subcontratação**

- 7.1** Uma subcontratação é unicamente válida se for objecto de um acordo escrito pelo qual o adjudicatário confia a um terceiro a execução de uma parte do seu contrato.
- 7.2** O adjudicatário não deve celebrar um subcontrato sem autorização prévia por escrito da Entidade Adjudicante. Os trabalhos a subcontratar e a identidade dos subadjudicatários previstos devem ser notificados à Entidade Adjudicante. Sem prejuízo do disposto no nº 3 do artigo 4º, no prazo de 30 dias a contar da recepção da notificação, a Entidade Adjudicante notifica o adjudicatário da sua decisão, fundamentando-a caso recuse a autorização.
- 7.3** Os subadjudicatários devem satisfazer os critérios de elegibilidade aplicáveis à adjudicação do contrato e não podem em nenhuma situação excluí-los da participação nos contratos indicados na secção 2.3.3 do Guia Prático dos procedimentos contratuais no âmbito das acções externas da CE.
- 7.4** A Entidade Adjudicante não tem qualquer vínculo contratual com os subadjudicatários no âmbito do presente contrato.
- 7.5** O adjudicatário é responsável pelos actos, omissões e negligências dos seus subadjudicatários e dos seus agentes ou empregados, como se de actos, omissões ou negligências suas, dos seus próprios agentes ou empregados se tratasse. A aprovação pela Entidade Adjudicante da subcontratação de qualquer parte do contrato ou do subadjudicatário para executar qualquer parte da obra não exime o adjudicatário de qualquer das suas obrigações contratuais.

- 7.6** Caso um subadjudicatário tenha contraído perante o adjudicatário uma obrigação relativamente à obra executada ou aos bens, materiais ou máquinas fornecidos ou aos serviços por ele prestados que se prolongue para além do período de garantia nos termos do contrato, o adjudicatário transferirá imediatamente para a Entidade Adjudicante, após o termo do período de garantia, mediante pedido e a expensas da Entidade Adjudicante, o benefício da referida obrigação até que a mesma expire.
- 7.7** Caso o adjudicatário celebre um contrato de subempreitada sem autorização da Entidade Adjudicante, esta pode, sem notificação formal, aplicar as sanções por incumprimento do contrato previstas no artigo 60º.

## **OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE**

### **ARTIGO 8º Entrega de documentos**

- 8.1** Salvo disposição em contrário prevista nas condições especiais, no prazo de 30 dias a contar da assinatura do contrato, o fiscal da obra, em nome da Entidade Adjudicante, entrega ao adjudicatário, livre de encargos, uma cópia das peças desenhadas preparadas para a execução do contrato, bem como um exemplar das especificações e dos outros documentos do contrato. O adjudicatário pode adquirir exemplares adicionais das referidas peças desenhadas, especificações e outros documentos, desde que estejam disponíveis. No momento da emissão do certificado de garantia ou no momento da recepção definitiva, o adjudicatário deve devolver ao fiscal da obra todas as peças desenhadas, especificações e outros documentos do contrato..
- 8.2** A menos que seja estritamente necessário para efeitos do contrato, as peças desenhadas, as especificações e outros documentos fornecidos pela Entidade Adjudicante não serão utilizados nem comunicados a terceiros pelo adjudicatário sem o consentimento prévio do fiscal da obra.
- 8.3** O fiscal da obra tem poderes para dar ordens administrativas destinadas ao adjudicatário que integrem os documentos e instruções suplementares necessários para a correcta execução da obra e para a reparação de eventuais defeitos.
- 8.4** Se necessário, as condições especiais devem indicar o procedimento utilizado pela Entidade Adjudicante e pelo fiscal da obra para aprovar as peças desenhadas e outros documentos fornecidos pelo adjudicatário.

### **ARTIGO 9º Acesso ao local da obra**

- 9.1** Em devido tempo e de acordo com a evolução dos trabalhos, a Entidade Adjudicante colocará o local da obra e o respectivo acesso à disposição do adjudicatário, em conformidade com o programa de execução referido nas presentes condições gerais. O adjudicatário facultará às outras pessoas interessadas todas as oportunidades razoáveis para executarem o seu trabalho, tal como previsto nas condições especiais ou exigido pelas ordens administrativas.
- 9.2** Nenhum terreno que a Entidade Adjudicante coloque à disposição do adjudicatário pode ser por este utilizado para fins que não a execução do contrato.
- 9.3** O adjudicatário deve manter em bom estado as instalações colocadas à sua disposição, enquanto as ocupar, devendo, caso solicitado nesse sentido pela Entidade Adjudicante ou pelo fiscal da obra, repô-las no seu estado original ao concluir o contrato, tendo em conta a deterioração provocada pela sua utilização normal.
- 9.4** O adjudicatário não tem direito a qualquer pagamento por melhoramentos resultantes de obras executadas por sua própria iniciativa.

## **ARTIGO 10º Assistência em matéria de regulamentação local**

- 10.1** O adjudicatário pode solicitar a assistência da Entidade Adjudicante para obter cópias das disposições legislativas, regulamentares e administrativas, bem como informações sobre os costumes locais, do país em que as obras devem ser realizadas, que possam afectar a execução das suas obrigações contratuais. A Entidade Adjudicante pode prestar ao adjudicatário a assistência solicitada, a expensas deste último.
- 10.2** Se necessário, o adjudicatário comunica à Entidade Adjudicante, em tempo útil, todos os pormenores relativos aos trabalhos que permitam à Entidade Adjudicante obter as autorizações ou licenças de importação indispensáveis.
- 10.3** Se necessário, a Entidade Adjudicante encarregar-se-á de obter, em conformidade com as condições especiais, as autorizações ou licenças de importação necessárias, dentro de prazos razoáveis, tendo em conta as datas de execução do contrato.
- 10.4** Sem prejuízo das disposições legislativas e regulamentares em matéria de mão-de-obra estrangeira em vigor no país de execução da obra, a Entidade Adjudicante deve envidar todos os esforços para facilitar a obtenção pelo adjudicatário das autorizações e vistos exigidos, incluindo as autorizações de residência e de trabalho para o pessoal cujos serviços o adjudicatário e a Entidade Adjudicante considerem necessários, bem como as autorizações de residência para as respectivas famílias.
- 10.5** O adjudicatário deve respeitar a legislação laboral acordada a nível internacional, ou seja, as normas laborais fundamentais das Convenções da Organização Mundial do Trabalho sobre o direito de organização e de negociação colectiva, a eliminação do trabalho forçado, a eliminação da discriminação em matéria de emprego e de profissão e a abolição do trabalho infantil.

## **OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO**

### **ARTIGO 11º Obrigações gerais**

- 11.1** O adjudicatário deve projectar a obra com o devido cuidado e diligência, bem como executá-la e concluí-la e reparar eventuais deficiências, em conformidade com o disposto no contrato. O adjudicatário deve dirigir os trabalhos e fornecer o pessoal, os materiais, as máquinas, o equipamento e todos os outros elementos, de carácter provisório ou definitivo, necessários para o projecto, bem como para a execução e conclusão da obra e ainda para a reparação de eventuais deficiências, na medida em que tal esteja especificado no contrato ou que possa razoavelmente deduzir-se do mesmo.
- 11.1.1** Unicamente para os contratos de concepção e construção, o adjudicatário efectua e assume plena responsabilidade pela concepção dos trabalhos, com o apoio de técnicos especializados de experiência comprovada que satisfaçam os critérios definidos pela Entidade Adjudicante. Elabora os documentos técnicos necessários segundo as modalidades definidas nas condições especiais e nas especificações técnicas. Tais documentos devem ser submetidos à aprovação do fiscal da obra, em conformidade com as condições especiais, e poderão ser corrigidos a expensas do adjudicatário por forma a corresponderem às exigências contratuais da Entidade Adjudicante e a sanar eventuais erros, omissões, ambiguidade, incoerência ou outros defeitos de concepção. O adjudicatário assegura a formação do pessoal da Entidade Adjudicante, entrega e actualiza o conjunto dos documentos pormenorizados, bem como os manuais de instruções e funcionamento em conformidade com as condições especiais.

- 11.2** O adjudicatário deve empregar um número suficiente de pessoas possuindo as qualificações necessárias, por forma a assegurar a normal prossecução dos trabalhos e a execução satisfatória da obra. Deve substituir imediatamente todas as pessoas que, na opinião do fiscal da obra, comunicada numa carta expondo as suas razões, sejam susceptíveis de comprometer a execução adequada dos trabalhos. Incumbe ao adjudicatário tomar as medidas necessárias tendo em vista a contratação de todo o pessoal e mão-de-obra. O adjudicatário deve respeitar toda a legislação laboral aplicável aos seus empregados, pagar-lhes devidamente e reconhecer-lhes todos os seus direitos.
- 11.3** Considera-se que o equipamento colocado pelo adjudicatário no local da obra se destina à sua execução. O adjudicatário não pode retirar tal equipamento sem o consentimento prévio por escrito do fiscal da obra, a menos que demonstre que o mesmo deixou de ser necessário para a execução da obra.
- 11.4** O adjudicatário deve assumir plena responsabilidade pela adequação, estabilidade e segurança de todas as operações e métodos de construção previstos no contrato.
- 11.5** O adjudicatário deve respeitar as ordens administrativas do fiscal da obra. Sempre que considere que as exigências de uma ordem administrativa ultrapassam a autoridade do fiscal da obra ou o âmbito do contrato, deve, sob pena de prescrição, enviar uma notificação fundamentada ao fiscal da obra, no prazo de 10 dias a contar da recepção da referida ordem. A Entidade Adjudicante deve ser informada deste facto. A execução da ordem administrativa pode ser suspensa durante este período.

O adjudicatário elabora e apresenta ao fiscal da obra, para aprovação, um programa de execução do contrato, em conformidade com as disposições pormenorizadas das condições especiais.

Se for caso disso no prazo mínimo de 3 semanas e em resposta a um pedido fundamentado do fiscal da obra, o adjudicatário deve poder fornecer uma discriminação pormenorizada dos seus preços.

As condições especiais devem especificar os planos pormenorizados que o adjudicatário deve elaborar e submeter à aprovação do fiscal da obra e indicar igualmente os documentos e elementos que devem ser sujeitos a aprovação ou aceitação do fiscal da obra. Tais planos pormenorizados, documentos e elementos não podem ser reproduzidos ou utilizados pela Entidade Adjudicante para outros fins nem comunicados a terceiros, salvo com o consentimento prévio do adjudicatário e mediante o pagamento de uma compensação adequada.

- 11.6.** O adjudicatário deve indicar um endereço de serviço ou um endereço nas imediações da obra, ou designar um agente que resida nesse endereço, e comunicar à Entidade Adjudicante o endereço de serviço ou os outros endereços. Caso não cumpra esta obrigação no prazo de 2 meses a contar da notificação da aprovação do contrato, todas as notificações relativas ao contrato serão válidas se forem enviadas para o endereço indicado no artigo 4º das condições especiais.

Após a recepção definitiva da obra, o adjudicatário fica desvinculado desta obrigação. Caso não informe a Entidade Adjudicante de uma alteração do endereço ocorrida antes da recepção definitiva da obra, todas as notificações relativas ao contrato serão válidas se forem enviadas para o endereço indicado nas condições especiais.

- 11.7** O adjudicatário deve respeitar e cumprir todas as disposições legislativas e regulamentares em vigor no Estado da Entidade Adjudicante e assegurar que o seu pessoal, as pessoas a cargo deste último e os seus empregados locais respeitem e cumpram igualmente tais disposições. O adjudicatário deve indemnizar a Entidade Adjudicante por qualquer reclamação ou processo decorrente de qualquer infracção a tais disposições cometida por ele próprio, pelo seu pessoal ou pelas pessoas a seu cargo.



- 11.8** Caso o adjudicatário ou qualquer dos seus subcontratados, agentes ou empregados propuser ou aceitar oferecer ou dar, ou der a qualquer pessoa qualquer suborno, prenda, gratificação ou comissão a título de incentivo ou de recompensa para que realize ou se abstenha de realizar qualquer acto relacionado com o contrato ou com qualquer outro contrato com a Entidade Adjudicante, ou para que favoreça ou desfavoreça qualquer pessoa no âmbito do contrato ou de qualquer outro contrato com a Entidade Adjudicante, esta última pode rescindir o contrato, sem prejuízo dos eventuais direitos adquiridos pelo adjudicatário nos termos do contrato, em conformidade com as disposições pertinentes das presentes condições gerais.
- 11.9** O adjudicatário reservará um tratamento privado e confidencial a todos os documentos e informações recebidos no âmbito do contrato, não publicando nem comunicando, excepto na medida em que tal seja necessário para a execução do contrato, quaisquer pormenores respeitantes a este último sem o prévio consentimento por escrito da Entidade Adjudicante ou do fiscal da obra, após consulta da Entidade Adjudicante. Em caso de desacordo quanto à necessidade de publicar ou comunicar qualquer elemento tendo em vista a execução do contrato, a decisão final cabe à Entidade Adjudicante.
- As condições especiais precisam os documentos e outros elementos que podem ser colocados à disposição do adjudicatário, a seu pedido, para facilitar o seu trabalho. As condições especiais especificam a data e as condições em que tais documentos devem ser devolvidos. O adjudicatário pode adquirir exemplares adicionais das peças desenhadas, documentos e outros elementos na medida em que estejam disponíveis. O fiscal da obra só entrega as peças desenhadas, documentos e outros elementos depois da constituição da garantia de execução.
- 11.10** Se o adjudicatário for uma empresa comum ou um consórcio constituído por duas ou mais pessoas, as mesmas são solidariamente responsáveis pelo cumprimento dos termos do contrato em conformidade com a legislação do Estado da Entidade Adjudicante, devendo, mediante pedido da Entidade Adjudicante, uma delas ser designada para agir como chefe, com poderes para vincular a empresa comum ou o consórcio. A composição ou a constituição da empresa comum ou do consórcio não pode ser alterada sem o consentimento prévio da Entidade Adjudicante.
- 11.11** Salvo pedido ou acordo contrário da Comissão Europeia, o beneficiário tomará as medidas necessárias para assegurar a visibilidade do financiamento ou do co-financiamento da União Europeia. Tais medidas devem observar as regras aplicáveis em matéria de visibilidade das acções externas, tal como definidas e divulgadas pela Comissão.

## **ARTIGO 12º Direcção da obra**

- 12.1** A direcção da obra é assegurada pelo próprio adjudicatário ou por um seu representante por ele nomeado para o efeito. Tal nomeação deve ser submetida à aprovação do fiscal da obra, podendo ser revogada a qualquer momento. Caso o fiscal da obra recuse a aprovação ou revogue a aprovação da nomeação, deve fundamentar a sua decisão, devendo o adjudicatário apresentar sem demora uma nomeação alternativa. Considera-se que o endereço do representante do adjudicatário é o endereço de serviço por ele indicado.
- 12.2** Se o fiscal da obra revogar a sua aprovação do representante do adjudicatário, este deve, logo que possível após ter tomado conhecimento dessa revogação, retirar da obra o seu representante e substituí-lo por um outro representante aprovado pelo fiscal da obra.
- 12.3** O representante do adjudicatário tem plenos poderes para tomar qualquer decisão necessária para a execução da obra, para receber e executar ordens administrativas e para assinar o livro de obra referido nas presentes condições gerais ou nos documentos anexos, se for caso disso.
- 12.4** Em qualquer caso, a responsabilidade pela execução satisfatória da obra e pelo cumprimento das especificações e das ordens administrativas pelos seus próprios empregados e pelos seus subcontratados e respectivos empregados incumbe ao adjudicatário.

## **ARTIGO 13º Garantia de execução**

- 13.1** O adjudicatário deve fornecer à Entidade Adjudicante uma garantia que assegure a completa e cabal execução do contrato. O montante da garantia é estipulado nas condições especiais, e não deve exceder 10% do valor do contrato, incluindo quaisquer montantes estipulados em adendas do contrato.
- 13.2** A garantia de execução cobre o pagamento à Entidade Adjudicante de quaisquer prejuízos resultantes do não-cumprimento, integral e correcto, das obrigações contratuais do adjudicatário.
- 13.3** A garantia de execução deve respeitar a minuta que figura no Volume 2 do processo do concurso e pode assumir a forma de garantia bancária, ordem de pagamento bancária, cheque visado, garantia prestada por uma instituição de crédito ou de seguros ou carta de crédito irrevogável em favor da Entidade Adjudicante.
- 13.4** A garantia de execução será expressa na moeda prevista para o pagamento do contrato. Não serão efectuados quaisquer pagamentos em favor do adjudicatário antes da constituição da garantia. A garantia deve permanecer válida até que o contrato tenha sido integral e correctamente executado.
- 13.5** Se, durante a execução do contrato, a pessoa singular ou colectiva que presta a garantia não honrar os seus compromissos, a Entidade Adjudicante notificará formalmente o adjudicatário para que forneça uma nova garantia nos mesmos termos da anterior. Caso o adjudicatário não preste uma nova garantia, a Entidade Adjudicante pode rescindir o contrato. Antes de aplicar estas medidas, envia ao adjudicatário uma carta registada com aviso de recepção notificando-o de que deve constituir a garantia de execução. Tal notificação deve fixar um novo prazo, que não pode ser inferior a 15 dias e que começa a correr a contar da data de recepção da notificação.
- 13.6** A Entidade Adjudicante exigirá o pagamento a título da garantia de todas as quantias pelas quais o garante seja responsável devido ao incumprimento do contrato por parte do adjudicatário, em conformidade com os termos da garantia e até ao seu valor. O garante pagará imediatamente e sem direito de oposição tais quantias logo que interpelado nesse sentido pela Entidade Adjudicante. Antes de apresentar qualquer reclamação ao abrigo da garantia de execução, a Entidade Adjudicante deve notificar o adjudicatário, explicando a natureza do incumprimento em que a reclamação se baseará.
- 13.7** Salvo disposição em contrário das condições especiais, a garantia de execução será liberada no prazo de 45 dias a contar da emissão do acerto de contas finais. No entanto, tendo em conta as especificidades do contrato, as condições especiais podem prever a liberação ou restituição de metade da garantia na data da recepção provisória.

## **ARTIGO 14º Seguro**

- 14.1** O adjudicatário subscreverá um seguro conjunto em nome da Entidade Adjudicante e em seu próprio nome contra quaisquer perdas ou danos por que seja responsável nos termos do contrato. Salvo disposição em contrário prevista nas condições especiais, o referido seguro deve cobrir:
- a) As obras, incluindo os materiais e as máquinas a incorporar nas obras, pelo respectivo custo total de substituição, contra perdas ou danos ocasionados por qualquer motivo que não seja de força maior ou por riscos imputáveis à Entidade Adjudicante nos termos do contrato;
  - b) Um montante adicional de 15% do referido custo de substituição ou qualquer outro estipulado nas condições especiais, para cobrir eventuais custos adicionais directa ou indirectamente decorrentes da reparação de qualquer perda ou dano, incluindo os

honorários e o custo da demolição e remoção de qualquer parte da obra, bem como da remoção de qualquer tipo de entulhos;

- c) O equipamento do adjudicatário e outros objectos por ele colocados no local da obra, por um montante suficiente para pagar a sua reposição no local.
- 14.2** O adjudicatário pode substituir o seguro previsto no nº 1 por uma apólice de seguro global que cubra, designadamente, os elementos referidos nas alíneas a), b) e c) do nº 1. Nesse caso, o adjudicatário notifica o segurador da parte correspondente à Entidade Adjudicante.
- 14.3** O adjudicatário subscreverá um seguro para cobrir a sua responsabilidade decorrente da execução da obra no que respeita a acidentes de trabalho e à sua responsabilidade civil em relação a qualquer pessoa por ele empregada na obra ou à Entidade Adjudicante e aos empregados desta última. Essa responsabilidade será ilimitada no caso de acidentes pessoais.
- 14.4** O adjudicatário deve subscrever um seguro que cubra a sua responsabilidade por riscos e a sua responsabilidade civil resultante de qualquer acto ou omissão que lhe seja imputável ou aos seus sucessores legais ou agentes. O montante segurado deve ser, no mínimo, o indicado nas condições especiais. Além disso, deve assegurar-se de que todos os seus subadjudicatários subscreveram um seguro semelhante.
- 14.5** Todos os seguros referidos no presente artigo devem ser efectuados no prazo de 30 dias a contar da notificação da adjudicação do contrato e estão sujeitos à aprovação da Entidade Adjudicante. Os referidos seguros produzem efeitos a partir do início da obra e permanecem em vigor até à recepção final da obra. O adjudicatário deve fornecer imediatamente à Entidade Adjudicante a apólice de seguro e a prova do pagamento regular dos prémios sempre que solicitado nesse sentido pela Entidade Adjudicante ou pelo fiscal da obra.
- 14.6** Não obstante as suas obrigações em matéria de seguros previstas no presente artigo, o adjudicatário é o único responsável, devendo indemnizar a Entidade Adjudicante e o fiscal da obra por quaisquer reclamações de terceiros por prejuízos materiais ou danos pessoais resultantes da execução da obra por ele próprio ou pelos seus subadjudicatários e empregados.

## **ARTIGO 15º Programa de execução**

- 15.1** O adjudicatário deve elaborar e apresentar para aprovação do fiscal da obra um programa de execução do contrato, em conformidade com as condições especiais. O programa deve compreender, pelo menos:
- a) A ordem pela qual o adjudicatário se propõe executar os trabalhos;
  - b) Os prazos para apresentação e aprovação das peças desenhadas;
  - c) Uma descrição geral dos métodos que o adjudicatário se propõe utilizar para a execução da obra;
  - d) Outros pormenores e informações que o fiscal da obra possa razoavelmente exigir.
- 15.2** As condições especiais devem especificar o prazo de apresentação do programa de execução ao fiscal da obra, para aprovação, podendo igualmente fixar prazos dentro dos quais o adjudicatário deve apresentar a totalidade ou parte das peças desenhadas pormenorizadas, documentos e outros elementos. Podem ainda fixar o prazo de aprovação ou aceitação do programa de execução, das peças desenhadas pormenorizadas, dos documentos e dos outros elementos pelo fiscal da obra. A aprovação do programa pelo fiscal da obra não desvincula o adjudicatário de qualquer das suas obrigações contratuais.

- 15.3** Não pode ser introduzida qualquer alteração importante no programa sem a aprovação do fiscal da obra. Todavia, se o andamento dos trabalhos não respeitar o programa, o fiscal da obra pode dar instruções ao adjudicatário no sentido de que reveja o programa e lhe apresente um novo programa para aprovação.

#### **ARTIGO 16º Discriminação pormenorizada dos preços**

- 16.1** Sempre que adequado e dentro de um prazo não superior a 20 dias a contar da apresentação do pedido fundamentado do fiscal da obra, o adjudicatário deve fornecer uma discriminação das suas tarifas e preços, sempre que tal discriminação seja necessária para efeitos do contrato.
- 16.2** Após a notificação da adjudicação, o adjudicatário deve fornecer ao fiscal da obra, exclusivamente para sua informação, uma estimativa discriminada do fluxo de fundos, por trimestre, de todos os pagamentos que lhe sejam devidos nos termos do contrato. Posteriormente, deve entregar trimestralmente estimativas revistas dos referidos fluxos de fundos, caso o fiscal da obra assim o exija. Esta comunicação não implica qualquer tipo de responsabilidade para a Entidade Adjudicante ou para o fiscal da obra.

#### **ARTIGO 17º Peças desenhadas do adjudicatário**

- 17.1** O adjudicatário apresentará ao fiscal da obra, para aprovação:
- a) As peças desenhadas, documentos, amostras e modelos, nos prazos e de acordo com as modalidades previstas nas condições especiais;
  - b) As peças desenhadas que o fiscal da obra possa razoavelmente exigir para a execução do contrato.
- 17.2** Caso o fiscal da obra não notifique a sua decisão de aprovação, referida no nº 1, dentro do prazo estabelecido no contrato ou no programa de execução aprovado, os referidos documentos, peças desenhadas, amostras, e/ou modelos consideram-se aprovados no final do prazo fixado. Caso não seja indicado qualquer prazo, consideram-se aprovados uma vez decorridos 30 dias a contar da sua recepção.
- 17.3** As peças desenhadas, documentos, amostras e modelos aprovados serão assinados ou de outro modo identificados pelo fiscal da obra, devendo ser integralmente respeitados, salvo instruções em contrário dadas pelo fiscal da obra. Quaisquer peças desenhadas, documentos, amostras ou modelos do adjudicatário que não sejam aprovados pelo fiscal da obra serão imediatamente alterados por forma a satisfazer as exigências do fiscal da obra, a quem voltarão a ser apresentados pelo adjudicatário para aprovação.
- 17.4** O adjudicatário fornecerá exemplares adicionais das peças desenhadas aprovadas, na forma e quantidade estipuladas no contrato ou em ordens administrativas posteriores.
- 17.5** A aprovação pelo fiscal da obra das peças desenhadas, documentos, amostras ou modelos não exime o adjudicatário de quaisquer das suas obrigações contratuais.
- 17.6** O fiscal da obra pode, a qualquer momento razoável, inspeccionar todas as peças desenhadas, documentos, amostras ou modelos do contrato nas instalações do adjudicatário.

- 17.7** Antes da recepção provisória da obra, o adjudicatário deve fornecer juntamente com as peças desenhadas manuais de funcionamento e manutenção suficientemente pormenorizados para que a Entidade Adjudicante possa utilizar, manter, ajustar e reparar todas as partes da obra. Salvo disposição em contrário prevista nas condições especiais, os manuais e as peças desenhadas devem ser elaborados na língua do contrato. Para efeitos da recepção provisória, não se considera que a obra esteja concluída enquanto os referidos manuais e peças desenhadas não sejam entregues à Entidade Adjudicante.

## **ARTIGO 18º Suficiência dos preços da proposta**

- 18.1** Considera-se que, antes de apresentar a sua proposta, o adjudicatário inspeccionou e examinou o local da obra e a zona circundante, se certificou da natureza do solo e do subsolo, tomou em consideração a forma e a natureza do local, a importância e a natureza dos trabalhos e dos materiais necessários para a realização da obra, os meios de comunicação e acesso ao local da obra e as instalações de que possa necessitar e, de um modo geral, obteve todas as informações necessárias quanto aos riscos, imprevistos e quaisquer outras circunstâncias susceptíveis de influenciar ou afectar a sua proposta.
- 18.2** Considera-se que, antes de apresentar a sua proposta, o adjudicatário se certificou da respectiva exactidão e suficiência, bem como das tarifas e preços indicados no mapa das quantidades de trabalho ou na lista de preços, que, salvo especificação em contrário do contrato, devem cobrir todas as suas obrigações contratuais.
- 18.3** Uma vez que se considera que o adjudicatário definiu os seus preços com base nos seus próprios cálculos, operações e estimativas, incumbe-lhe executar, sem encargos adicionais, qualquer trabalho compreendido numa rubrica da sua proposta relativamente ao qual não tenha apresentado um preço unitário nem um montante fixo.

## **ARTIGO 19º Riscos excepcionais**

- 19.1** Se, durante a execução das obras, o adjudicatário se deparar com obstáculos artificiais ou condições físicas que não podiam razoavelmente ter sido previstas por um adjudicatário experiente e se considerar que daí resultarão custos adicionais e/ou que será necessária uma prorrogação do prazo de execução do contrato, deve notificar o fiscal da obra em conformidade com as disposições das condições gerais relativas à prorrogação do prazo de execução e à reclamação de pagamentos adicionais. Na referida notificação, o adjudicatário deve especificar as condições físicas e/ou obstáculos artificiais encontrados, fornecendo pormenores sobre os seus efeitos previstos, as medidas que tomou ou tenciona tomar e qual o atraso previsto na execução das obras ou a sua interferência com as mesmas.
- 19.2** Após receber a notificação, o fiscal da obra pode, nomeadamente:
- a) Solicitar que o adjudicatário forneça uma estimativa do custo das medidas que tomou ou tenciona tomar;
  - b) Aprovar as medidas a que se refere a alínea a), com ou sem alterações;
  - c) Dar instruções por escrito sobre a forma de fazer face às referidas condições físicas ou obstáculos artificiais;
  - d) Ordenar uma alteração, suspensão ou rescisão do contrato.
- 19.3** Na medida em que entenda que a totalidade ou parte das referidas condições físicas ou obstáculos artificiais não poderiam razoavelmente ter sido previstos por um adjudicatário experiente, o fiscal da obra:

- a) Tomará em consideração os eventuais atrasos sofridos pelo adjudicatário em consequência das referidas condições ou obstáculos, para determinar uma eventual prorrogação do prazo de execução a que o adjudicatário tenha direito de acordo com as condições gerais;
- b) No caso de obstáculos artificiais ou condições físicas não meteorológicas, determinará os pagamentos adicionais devidos ao adjudicatário de acordo com as condições gerais.

**19.4** Caso o fiscal da obra entenda que as condições físicas ou os obstáculos artificiais poderiam razoavelmente ter sido total ou parcialmente previstos por um adjudicatário experiente, informará desse facto o adjudicatário logo que possível.

**19.5** As condições meteorológicas não conferem ao adjudicatário o direito de reclamar pagamentos adicionais em conformidade com o disposto no artigo 52º. O fiscal da obra pode suspender, durante um certo período, a execução de trabalhos cuja conclusão considere difícil em consequência das condições meteorológicas normalmente previsíveis ou especificadas nas condições especiais. Durante os períodos de suspensão dos trabalhos, o adjudicatário deve tomar, a expensas próprias, as medidas necessárias para proteger a obra e os materiais.

## **ARTIGO 20º Segurança do local da obra**

**20.1** O adjudicatário tem o direito de proibir o acesso ao local da obra a qualquer pessoa alheia à execução do contrato, com excepção das pessoas autorizadas pelo fiscal da obra ou dos representantes da Entidade Adjudicante.

**20.2** O adjudicatário deve garantir a segurança do local da obra durante todo o período de execução, cabendo-lhe, no interesse dos seus empregados, dos agentes da Entidade Adjudicante e de terceiros, tomar as medidas necessárias para prevenir qualquer prejuízo ou acidente que possa resultar da execução da obra.

**20.3** O adjudicatário deve tomar todas as medidas necessárias, sob a sua própria responsabilidade e a expensas próprias, para garantir a protecção, preservação e manutenção das estruturas e instalações existentes. O adjudicatário é responsável pelo fornecimento e manutenção, a expensas próprias, de toda a iluminação, protecção, vedações e segurança do equipamento necessárias para a correcta execução da obra ou que possam razoavelmente ser exigidas pelo fiscal da obra.

**20.4** Se, durante a execução do contrato, for necessário tomar medidas urgentes para obviar a quaisquer riscos de acidente ou danos ou para garantir a segurança após qualquer acidente ou dano, o fiscal da obra deve notificar formalmente o adjudicatário para que este tome as medidas necessárias. Caso o adjudicatário não queira ou não possa tomar as medidas necessárias, o fiscal da obra pode fazer com que tais medidas sejam executadas a expensas do adjudicatário, na medida em que seja da sua responsabilidade.

## **ARTIGO 21º Protecção das propriedades adjacentes**

**21.1** O adjudicatário deve, sob a sua responsabilidade e a expensas próprias, tomar todas as precauções exigidas pelas boas práticas de construção e pelas condições locais para proteger as propriedades adjacentes e evitar que as mesmas sofram perturbações anormais.

**21.2** O adjudicatário deve indemnizar a Entidade Adjudicante pelas consequências financeiras de todas as reclamações apresentadas pelos proprietários ou residentes vizinhos, na medida em que seja responsável e que os danos causados às propriedades adjacentes não resultem de um risco ocasionado pela concepção ou pelo método de construção que lhe tenham sido impostos pela Entidade Adjudicante ou pelo fiscal da obra.

## **ARTIGO 22º Interferência com o trânsito**

- 22.1** O adjudicatário deve assegurar que as obras e as instalações não prejudiquem nem obstruam o trânsito em vias de comunicação como as estradas, os caminhos-de-ferro, as vias navegáveis, os aeródromos, excepto na medida em que as condições especiais o permitam. Em especial, deve ter em conta os limites de carga ao escolher os itinerários e os veículos.
- 22.2** As eventuais medidas especiais para protecção ou reforço de troços de estradas, pistas ou pontes que o adjudicatário considere necessárias ou que estejam especificadas nas condições especiais ou que sejam exigidas pela Entidade Adjudicante ficarão a cargo do adjudicatário, independentemente de serem ou não por ele realizadas. Antes de executar qualquer medida especial, o adjudicatário deve informar o fiscal da obra das medidas que tenciona tomar. A reparação de qualquer dano causado em estradas, pistas ou pontes pelo transporte de materiais, máquinas ou equipamento ficará a cargo do adjudicatário.

## **ARTIGO 23º Cabos e condutas**

- 23.1** Quando, no decurso da execução da obra, o adjudicatário encontrar marcas que indiquem o traçado de cabos, condutas e outras instalações subterrâneas, deve manter as referidas marcas onde se encontram ou voltar a colocá-las no mesmo local caso a execução da obra implique a sua remoção temporária. Tais operações requerem a autorização prévia do fiscal da obra.
- 23.2** O adjudicatário é responsável pela preservação, remoção e reposição, conforme o caso, dos cabos, condutas e outras instalações especificadas pela Entidade Adjudicante no contrato e pelo custo dessas operações.
- 23.3** Quando a presença de cabos, condutas e outras instalações não tenha sido especificada no contrato mas seja aparente devido à existência de marcas e referências, o adjudicatário tem um dever geral de proceder com cuidado e obrigações semelhantes às acima referidas no que respeita à sua preservação, remoção e reposição. Neste caso, a Entidade Adjudicante compensá-lo-á pelas despesas, na medida em que tais trabalhos sejam necessários para a execução do contrato.
- 23.4** Todavia, a obrigação de remoção e recolocação dos cabos, condutas e outras instalações, bem como as despesas daí resultantes, não incumbirão ao adjudicatário se a Entidade Adjudicante decidir aceitar essa responsabilidade. O mesmo se aplica quando esta obrigação e as despesas dela resultantes incumbam a qualquer outro organismo especializado ou a um agente.
- 23.5** Quando a realização de qualquer trabalho no local da obra seja susceptível de prejudicar ou causar perturbações num serviço de utilidade pública, o adjudicatário deve informar imediatamente o fiscal da obra por escrito, dando um prazo razoável para que possam ser tomadas medidas adequadas que permitam a normal prossecução dos trabalhos em tempo útil.

## **ARTIGO 24º Implantação**

- 24.1** O adjudicatário é responsável:
- a) Pela correcta implantação da obra em relação a balizas, linhas e níveis de referência indicados pelo fiscal da obra;
  - b) Pela exactidão da posição, das cotas, das dimensões e do alinhamento de todas as partes da obra;
  - c) Pelo fornecimento de todos os instrumentos, aparelhos e mão-de-obra necessários no que respeita às responsabilidades acima referidas.

- 24.2** Se, em qualquer altura da execução da obra, for detectado qualquer erro na posição, nas cotas, nas dimensões ou no alinhamento de qualquer das suas partes, o adjudicatário deve, mediante pedido do fiscal da obra, corrigir o referido erro a expensas próprias e a contento do fiscal da obra, a menos que o mesmo tenha origem em dados incorrectos fornecidos pelo fiscal da obra. Nesse caso, a Entidade Adjudicante é responsável pelo custo da rectificação.
- 24.3** A verificação de qualquer implantação, linha ou cota pelo fiscal da obra não isenta de modo algum o adjudicatário da sua responsabilidade pela respectiva exactidão. O adjudicatário deve proteger e preservar todas as marcas, réguas, estacas e outros elementos utilizados na implantação da obra.

#### **ARTIGO 25º Materiais de demolição**

- 25.1** Sempre que o contrato inclua trabalhos de demolição, os materiais e artigos dela resultantes serão propriedade do adjudicatário, salvo disposição em contrário prevista nas condições especiais e sob reserva das disposições em matéria de achados das presentes condições gerais.
- 25.2** Caso as condições especiais reservem à Entidade Adjudicante o direito de propriedade dos materiais ou da totalidade ou parte dos artigos resultantes dos trabalhos de demolição, o adjudicatário deve tomar todas as precauções necessárias para garantir a sua preservação. O adjudicatário responde por qualquer destruição ou dano nos referidos materiais ou artigos causados por si próprio ou pelos seus agentes.
- 25.3** Independentemente do uso que a Entidade Adjudicante pretenda dar aos materiais ou artigos cujo direito de propriedade se reserve, todos os custos ocasionados pelo seu transporte e armazenagem no local indicado pelo fiscal da obra incumbirão ao adjudicatário, desde que o transporte não ultrapasse 100 metros.
- 25.4** Salvo disposição em contrário das condições especiais, o adjudicatário deve ir retirando progressivamente do local da obra, a expensas próprias, o entulho e outros materiais resultantes da demolição, bem como outros resíduos.

#### **ARTIGO 26º Achados**

- 26.1** Os achados de interesse realizados durante os trabalhos de escavação ou de demolição devem ser imediatamente comunicados ao fiscal da obra. O fiscal da obra decidirá o destino a dar a esses achados, tendo devidamente em conta a legislação do Estado da Entidade Adjudicante.
- 26.2** A Entidade Adjudicante reserva-se o direito de propriedade dos materiais encontrados durante os trabalhos de escavação e de demolição executados em terrenos que lhe pertençam, sob reserva do pagamento de uma compensação ao adjudicatário pelos esforços especiais por ele desenvolvidos.
- 26.3** Os artefactos, antiguidades e objectos da história natural, moedas ou outros objectos de interesse científico, bem como os objectos raros ou feitos de metais preciosos, encontrados durante os trabalhos de escavação ou de demolição pertencem à Entidade Adjudicante.
- 26.4** Em caso de divergência, as qualificações referidas nos nºs 1 e 3 incumbem exclusivamente à Entidade Adjudicante.



## **ARTIGO 27º Obras temporárias**

- 27.1** O adjudicatário deve executar a expensas próprias todas as obras temporárias necessárias à execução da obra. Deve apresentar ao fiscal da obra o projecto das estruturas temporárias que pretende utilizar, tais como ensecadeiras, andaimes, entivações e cofragens. Embora assuma a responsabilidade pelo referido projecto, deve tomar em consideração quaisquer observações que lhe sejam feitas pelo fiscal da obra.
- 27.2** Sempre que as condições especiais especificarem que a concepção de determinadas obras temporárias é da responsabilidade da Entidade Adjudicante, o fiscal da obra deve fornecer atempadamente ao adjudicatário todas as peças desenhadas necessárias, por forma a que este último possa empreender as obras temporárias de acordo com o seu programa dos trabalhos. Nesses casos, a segurança e viabilidade da concepção incumbem exclusivamente à Entidade Adjudicante, sendo, no entanto, o adjudicatário responsável pela sua correcta execução.

## **ARTIGO 28º Estudos geotécnicos**

- 28.1** Sem prejuízo do disposto nas condições especiais e nas especificações técnicas, o adjudicatário colocará à disposição do fiscal da obra o pessoal e o equipamento necessários à execução de qualquer estudo geotécnico que o fiscal da obra considere razoavelmente necessário.
- 28.2** O adjudicatário será compensado pelo custo real da mão-de-obra e do equipamento utilizados ou colocados à disposição para o referido trabalho, caso o mesmo não esteja já previsto no contrato.

## **ARTIGO 29º Sobreposição de contratos**

- 29.1** Em conformidade com as exigências do fiscal da obra, o adjudicatário deve dar a quaisquer outros adjudicatários e respectivos trabalhadores contratados pela Entidade Adjudicante, bem como aos trabalhadores da Entidade Adjudicante ou de quaisquer outras entidades públicas eventualmente empregados no ou perto do local de execução da obra, todas as oportunidades razoáveis para executarem qualquer trabalho não incluído no contrato ou qualquer contrato que a Entidade Adjudicante possa celebrar relacionado com a obra ou complementar desta última.
- 29.2** No entanto, se, mediante pedido escrito do fiscal da obra, o adjudicatário colocar à disposição de qualquer dos referidos adjudicatários, entidades públicas ou Entidade Adjudicante quaisquer vias ou acessos cuja manutenção lhe incumba ou permitir a utilização de estruturas temporárias, andaimes ou outro equipamento do estaleiro por qualquer das referidas pessoas ou prestar qualquer outro serviço, independentemente da sua natureza, que não tenha sido previsto no contrato, a Entidade Adjudicante deve pagar ao adjudicatário, pela referida utilização ou serviço montantes que, na opinião do fiscal da obra, sejam razoáveis e/ou conceder-lhe uma prorrogação do prazo.
- 29.3** O disposto no presente artigo não exime o adjudicatário de qualquer das suas obrigações contratuais nem lhe confere o direito a qualquer reclamação para além das previstas no nº 2.
- 29.4** As dificuldades surgidas em relação a um contrato não podem, em caso algum, conferir ao adjudicatário o direito de alterar ou atrasar a execução de outros contratos. Do mesmo modo, a Entidade Adjudicante não pode tirar partido de tais dificuldades para suspender os pagamentos devidos a título de outro contrato.

## **ARTIGO 30º Patentes e licenças**

- 30.1** Salvo disposição em contrário prevista nas condições especiais, o adjudicatário deve indemnizar a Entidade Adjudicante e o fiscal da obra por qualquer pedido resultante da utilização, conforme especificado no contrato, de patentes, licenças, peças desenhadas, projectos, modelos, marcas de fábrica ou comerciais, excepto quando a referida infracção resultar da observância do projecto ou de especificações fornecidas pela Entidade Adjudicante e/ou pelo fiscal da obra.

## **INÍCIO E ATRASOS**

### **ARTIGO 31º Ordem de início dos trabalhos**

- 31.1** A Entidade Adjudicante fixa a data de início da execução do contrato, que comunica ao adjudicatário na notificação de adjudicação do contrato ou através de uma ordem administrativa comunicada pelo fiscal da obra.
- 31.2** Salvo decisão em contrário das Partes, a execução do contrato deve iniciar-se, o mais tardar, no prazo de 90 dias a contar da notificação da adjudicação do contrato. Se for ultrapassada a data fixada para o início da execução do contrato, o adjudicatário tem direito a não executar o contrato e a obter a sua rescisão ou a ser indemnizado pelos prejuízos sofridos. O adjudicatário perde este direito se não o exercer no prazo de 30 dias a contar do termo do primeiro prazo de 90 dias.

### **ARTIGO 32º Prazo de execução dos trabalhos**

- 32.1** O prazo de execução tem início na data fixada em conformidade com o artigo 31º e é precisado no contrato, sem prejuízo da concessão de eventuais prorrogações por força do artigo 33º.
- 32.2** Se para os diversos lotes estiverem fixados prazos de execução diferentes, nos casos em que a um adjudicatário é atribuído mais de um lote, o período de execução para cada lote permanecerá o mesmo, como se fosse adjudicado um contrato de um único lote.

### **ARTIGO 33º Prorrogação do prazo de execução dos trabalhos**

- 33.1** O adjudicatário pode solicitar uma prorrogação do prazo de execução caso esteja ou possa vir a estar atrasado na conclusão do contrato por qualquer dos seguintes motivos:
- a) Condições meteorológicas excepcionais no Estado da Entidade Adjudicante;
  - b) Obstáculos artificiais ou condições físicas que não poderiam ter sido razoavelmente previstas por um adjudicatário experiente;
  - c) Ordens administrativas que afectem a data de conclusão dos trabalhos e não resultem de qualquer incumprimento por parte do adjudicatário;
  - d) Não-cumprimento por parte da Entidade Adjudicante das suas obrigações contratuais;
  - e) Qualquer suspensão dos trabalhos não resultante de uma falta do adjudicatário;
  - f) Força maior;
  - g) Quaisquer outros motivos referidos nas presentes condições gerais, que não resultem de um incumprimento por parte do adjudicatário.

- 33.2** No prazo de 15 dias após ter tido conhecimento da possibilidade de ocorrência de um atraso, o adjudicatário deve notificar o fiscal da obra da sua intenção de apresentar um pedido de prorrogação do prazo de execução a que se considere com direito, entregando, no prazo de 30 dias, ao fiscal da obra elementos completos e pormenorizados sobre o pedido, por forma a que o mesmo possa ser analisado atempadamente.
- 33.3** No prazo de 30 dias, após ter consultado a Entidade Adjudicante e, se for caso disso, o adjudicatário, o fiscal da obra notificará por escrito a este último a prorrogação, com efeitos futuros ou retroactivos, do prazo de execução que possa ser justificada ou informá-lo-á de que não tem direito a qualquer prorrogação.

#### **ARTIGO 34º Atrasos na execução**

- 34.1** Se o adjudicatário não concluir a obra dentro do(s) prazo(s) estabelecido(s) no contrato, a Entidade Adjudicante tem direito, sem notificação formal e sem prejuízo de outras reparações estipuladas no contrato, a uma indemnização por cada dia ou parte de dia decorrido entre o termo do prazo estabelecido para a execução ou o termo da prorrogação e a data efectiva da conclusão da obra, à taxa e até ao montante máximo fixado nas condições especiais. Se a obra tiver sido objecto de uma recepção parcial, em conformidade com o artigo 59º, a indemnização contratual especificada nas condições especiais pode ser reduzida proporcionalmente ao valor da parte recepcionada em relação ao conjunto da obra.
- 34.2** Se a Entidade Adjudicante tiver direito a exigir a indemnização máxima, em conformidade com o disposto no nº1, pode, após notificar o adjudicatário:
- a) Executar a garantia de execução;
  - b) Rescindir o contrato, sem notificação prévia e sem que o adjudicatário tenha direito a qualquer indemnização;
  - c) Celebrar um contrato com um terceiro, a expensas do adjudicatário, para executar o resto da obra, não sendo esta parte paga ao adjudicatário. Além disso, o adjudicatário deve pagar os custos adicionais e danos ocasionados pelo seu incumprimento.

#### **ARTIGO 35º Alterações**

- 35.1** O fiscal da obra tem poderes para ordenar a alteração de qualquer parte da obra que seja necessária para a sua correcta conclusão e/ou funcionamento. Tais alterações podem incluir trabalhos a mais ou a menos, variantes, alterações de qualidades, quantidades, forma, características, tipo, posição, dimensões e planta e modificações da sequência estabelecida, método ou calendário de execução da obra. Nenhuma ordem de alteração terá por efeito invalidar o contrato, devendo, no entanto, as suas consequências financeiras, caso as haja, ser avaliadas de acordo com as disposições abaixo indicadas. As eventuais alterações substanciais do contrato, incluindo a alteração do valor total do contrato, devem ser objecto de uma adenda ao contrato..
- 35.2** Não podem ser introduzidas alterações excepto através de uma ordem administrativa, tendo em conta que:
- a) Se, por qualquer razão, o fiscal da obra considerar ser necessário dar uma ordem verbal, deve posteriormente confirmá-la, o mais rapidamente possível, através de uma ordem administrativa;

- b) Se o adjudicatário confirmar por escrito uma ordem verbal dada ao abrigo do disposto na alínea a) e essa confirmação não for imediatamente refutada por escrito pelo fiscal da obra, considera-se que, salvo disposição em contrário nas condições especiais, foi dada ordem administrativa relativamente à alteração;
- c) Não é necessária uma ordem administrativa de alteração para aumentar ou diminuir a quantidade de trabalhos, se esse aumento ou diminuição resultar do facto de a quantidade de trabalhos ser superior ou inferior à indicada no mapa das quantidades de trabalhos ou na lista de preços.

**35.3** Sem prejuízo do disposto no nº 2, antes de dar qualquer ordem administrativa de alteração, o fiscal da obra deve notificar ao adjudicatário a natureza e a forma da referida alteração. Logo que possível, após a recepção da notificação, o adjudicatário deve apresentar ao fiscal da obra uma proposta que incluirá:

- a) Uma descrição das tarefas a realizar, se for caso disso, ou das medidas a tomar, bem como um programa de execução;
- b) As eventuais alterações necessárias do programa de execução ou de qualquer das obrigações do adjudicatário nos termos do contrato;
- c) Qualquer ajustamento do preço do contrato, em conformidade com o disposto no presente artigo.

**35.4** Uma vez recebida a proposta do adjudicatário referida no nº 3, o fiscal da obra deve decidir, o mais rapidamente possível, após consultar a Entidade Adjudicante e, se for caso disso, o adjudicatário, se a alteração deve ou não ser executada. Caso decida que a alteração deve ser executada, emitirá uma ordem administrativa determinando a sua execução pelos preços e nas condições comunicados na proposta do adjudicatário referida no nº 3 ou nessa proposta tal como alterada pelo fiscal da obra em conformidade com o disposto no nº 5.

**35.5** O fiscal da obra deve verificar os preços relativos a todas as alterações por ele ordenadas em conformidade com os nºs 2 e 4, de acordo com os seguintes princípios:

- a) Se o trabalho for do mesmo tipo e executado em condições similares a outro trabalho incluído no mapa das quantidades de trabalhos ou na lista de preços, será calculado com base nas tarifas e preços aí indicados;
- b) Se o trabalho não for do mesmo tipo ou se não for executado em condições similares, as tarifas e os preços estipulados no contrato serão utilizados como base de cálculo, na medida do razoável. Caso contrário, o fiscal da obra procederá a um cálculo equitativo;
- c) Se a natureza ou o preço da alteração em relação à natureza ou ao preço de todo o contrato ou de parte do mesmo forem tais que o fiscal da obra considere que devido a essa alteração, as tarifas e os preços de qualquer parte do trabalho estipulados no contrato deixaram de ser razoáveis, fixará as tarifas e preços que, dadas as circunstâncias, considere razoáveis e adequados;
- d) Sempre que seja necessário introduzir uma alteração devido a um incumprimento ou violação do contrato por parte do adjudicatário, os custos adicionais eventualmente imputáveis à referida alteração serão por ele suportados.

- 35.6** Após receber a ordem administrativa em que a alteração é requerida, o adjudicatário deve executá-la como se a referida alteração estivesse prevista no contrato, ficando para o efeito vinculado pelas presentes condições gerais. A obra não deve ser atrasada enquanto se aguarda a concessão de qualquer prorrogação do prazo de execução ou um ajustamento do preço do contrato. Sempre que uma ordem relativa a uma alteração preceda o ajustamento do preço do contrato, o adjudicatário deve manter registos dos custos respeitantes à realização da alteração e do tempo nela despendido. Os referidos registos devem poder ser consultados pelo fiscal da obra em qualquer momento oportuno.
- 35.7** Salvo disposição em contrário prevista nas condições especiais, caso se verifique um aumento ou uma redução do volume total do trabalho requerido pela Entidade Adjudicante ou resultante de circunstâncias não imputáveis a negligência ou acção do adjudicatário, este último não pode reclamar qualquer compensação por prejuízos sofridos, a menos que esse aumento ou redução, calculado com base nos preços originais e sem que haja qualquer alteração do objecto do contrato, exceda uma percentagem do preço original do contrato que deve ser fixada nas condições especiais e que deve estar compreendida entre 10% e 15%. Nesse caso, mediante a apresentação de um pedido fundamentado à Entidade Adjudicante, o adjudicatário deve ter direito à alteração do prazo de execução do contrato.
- 35.8** Quando esse aumento ou redução, calculado da forma descrita, exceder a percentagem prevista nas condições especiais, o adjudicatário pode, aquando da elaboração da conta final, apresentar um pedido de compensação pelos prejuízos sofridos em consequência das alterações do projecto original. Tem igualmente direito, mediante a apresentação de um pedido fundamentado à Entidade Adjudicante, a uma prorrogação do prazo de execução do contrato. Sempre que essa alteração, calculada da forma descrita, exceder 33%, o adjudicatário tem o direito de recusar a execução de trabalhos que ultrapassem esse valor. Nesse caso, deve comunicar a sua decisão à Entidade Adjudicante, por carta registada com aviso de recepção, no prazo de 2 meses a contar da ordem administrativa que precisa essa alteração. Após consultar a Entidade Adjudicante e o adjudicatário, o fiscal deve determinar o montante do pagamento adicional/indemnização e fixar a prorrogação do prazo de execução.
- 35.9** Sob reserva dos limites fixados nas condições especiais, caso o contrato contenha um mapa das quantidades de trabalhos ou uma discriminação do preço global com uma lista discriminada da quantidade e dos preços dos vários trabalhos a efectuar e as alterações requeridas pela Entidade Adjudicante ou resultantes de circunstâncias não imputáveis a negligência ou acção do adjudicatário, alterem a quantidade de alguns trabalhos de tal modo que a quantidade indicada relativamente a uma posição seja alterada, sofrendo um aumento ou uma redução de 20%, o adjudicatário, mediante a apresentação de um pedido fundamentado à Entidade Adjudicante, tem direito a uma compensação pelos prejuízos eventualmente sofridos em consequência de alterações do projecto original, após ter executado todas as quantidades da posição em questão para efeitos do contrato.
- 35.10** As alterações ao contrato que não sejam objecto de uma ordem administrativa devem ser formalizadas através de uma adenda ao contrato, que deve ser assinada por todas as Partes. As alterações do endereço ou da conta bancária podem ser simplesmente notificadas por escrito pelo adjudicatário à Entidade Adjudicante. Todas as alterações ao contrato devem respeitar os princípios gerais definidos no *Guia Prático da adjudicação de contratos no âmbito das acções externas da CE*.

## **ARTIGO 36º Suspensão dos trabalhos**

- 36.1** Por ordem do fiscal da obra, o adjudicatário suspenderá a execução da obra ou de qualquer parte da mesma pelo período e do modo que o fiscal da obra considere necessários.
- 36.2** Durante o período de suspensão dos trabalhos, o adjudicatário deve tomar as medidas necessárias tendo em vista a protecção da obra, das máquinas, do equipamento e do estaleiro contra qualquer deterioração, perda ou dano.
- 36.3** As despesas adicionais por ele incorridas em consequência da tomada das referidas medidas serão adicionadas ao preço do contrato, a menos que tal suspensão:
- a) Esteja prevista de outro modo no contrato;
  - b) Seja necessária devido a qualquer incumprimento por parte do adjudicatário;
  - c) Seja necessária devido a condições meteorológicas normais no local da obra;
  - d) Seja necessária para a segurança ou a correcta execução da obra ou de qualquer parte da mesma, na medida em que tal necessidade não resulte de qualquer acto ou incumprimento do fiscal da obra ou da Entidade Adjudicante ou de qualquer dos riscos excepcionais a que se refere o artigo 19º.
- 36.4** O adjudicatário só tem direito aos referidos aumentos do preço se notificar ao fiscal da obra, no prazo de 30 dias a contar da recepção da ordem de suspensão dos trabalhos, a sua intenção de os reclamar.
- 36.5** Após consultar a Entidade Adjudicante e o adjudicatário, o fiscal da obra fixa o pagamento adicional e/ou a prorrogação do prazo de execução que considere justo e razoável conceder ao adjudicatário em consequência da sua reclamação.
- 36.6** Se o período de suspensão dos trabalhos exceder 180 dias (ou qualquer outro prazo mais curto previsto nas condições especiais) e não resultar de um incumprimento do adjudicatário, este pode, mediante notificação ao fiscal da obra e à Entidade Adjudicante, solicitar autorização para retomar os trabalhos ou para rescindir o contrato no prazo de 30 dias.
- 36.7** Sempre que o procedimento de adjudicação ou execução de um contrato esteja viciado por erros ou irregularidades substanciais ou fraude, a Comissão suspenderá a execução do referido contrato. Se esses erros, irregularidades ou fraudes forem imputáveis ao adjudicatário, a Comissão pode, além disso, recusar a realização do pagamento ou recuperar os montantes já pagos, proporcionalmente à gravidade desses erros, irregularidades ou fraudes. A Entidade Adjudicante pode igualmente suspender os pagamentos nos casos em que se suspeita ou se determinou a existência de erros, irregularidades ou fraudes cometidos pelo adjudicatário na execução de outro contrato financiado pelo orçamento geral da Comunidade Europeia ou pelos orçamentos por este geridos que provavelmente afectam a execução do presente contrato.
- A suspensão do contrato terá por objecto verificar se foram efectivamente cometidos erros, irregularidades substanciais ou as presumidas fraudes. Caso não se confirmem, a execução do contrato será retomada na sequência desta verificação. Constitui um erro ou irregularidade substancial qualquer violação de uma disposição contratual ou regulamentar resultante de um acto ou uma omissão, que tem ou teria por efeito prejudicar o orçamento comunitário.

## MATERIAIS E ENTREGAS

### ARTIGO 37º Livro de obra

- 37.1** Salvo disposição em contrário das condições especiais, o fiscal da obra deve manter no estaleiro um livro de obra em que registará, pelo menos, as seguintes informações:
- a) As condições meteorológicas, as interrupções do trabalho devidas a mau tempo, as horas de trabalho, o número e categoria de trabalhadores empregados no local da obra, os materiais fornecidos, o equipamento utilizado, o equipamento avariado, os ensaios realizados no local, as amostras enviadas, as circunstâncias imprevistas, bem como as ordens dadas ao adjudicatário;
  - b) Relações pormenorizadas de todos os elementos quantitativos e qualitativos referentes ao trabalho realizado e aos fornecimentos entregues e utilizados susceptíveis de serem verificados no local da obra e pertinentes para o cálculo dos pagamentos a fazer ao adjudicatário.
- 37.2** As referidas relações farão parte integrante do livro de obra, podendo, sempre que necessário, ser registadas em documentos separados. As normas técnicas para a elaboração dessas relações são definidas nas condições especiais.
- 37.3** A elaboração, em tempo útil e em conformidade com as condições especiais, das relações respeitantes aos trabalhos, serviços e fornecimentos que não possam ser medidos ou verificados posteriormente compete ao adjudicatário. Caso não as elabore, deve aceitar as decisões do fiscal da obra, a menos que forneça, a expensas próprias, prova em contrário.
- 37.4** Os registos introduzidos no livro de obra à medida do avanço dos trabalhos serão assinados pelo fiscal da obra e pelo adjudicatário ou pelo seu representante. Em caso de contestação por parte do adjudicatário, este deve comunicar a sua opinião ao fiscal da obra, no prazo de 15 dias a contar da data da realização do registo ou das relações contestadas. Caso o adjudicatário não assine ou não apresente as suas observações no prazo previsto para o efeito, considera-se que concorda com as anotações feitas no livro de obra. O adjudicatário pode examinar o livro de obra a qualquer momento, bem como, sem retirar qualquer documento, fazer ou receber as cópias pertinentes que considere necessárias para sua própria informação.
- 37.5** Mediante pedido, o adjudicatário fornecerá ao fiscal da obra todas as informações necessárias para manter em dia o livro de obra.

### ARTIGO 38º Origem

- 38.1** Salvo disposição em contrário prevista nas condições especiais, todos os bens e materiais devem ser originários de um Estado-Membro da União Europeia ou de um dos países beneficiários em conformidade com o especificado no convite à apresentação de propostas. A origem dos bens e materiais deve ser determinada em conformidade com as regras do Código Aduaneiro Comunitário e estar em conformidade com os acordos internacionais de que o país em causa é signatário.
- 38.2** O adjudicatário deve certificar que os bens propostos satisfazem este requisito, especificando o respectivo país de origem. A este respeito, podem ser-lhe solicitadas informações mais pormenorizadas.
- 38.3** O adjudicatário deve apresentar um certificado de origem oficial aquando da recepção provisória. O incumprimento desta obrigação dá lugar, após uma notificação formal, à rescisão do contrato.

**ARTIGO 39º Qualidade da obra e dos materiais**

- 39.1** A obra, os componentes e os materiais devem corresponder às especificações, peças desenhadas, levantamentos, modelos, amostras, padrões e outros requisitos do contrato, que serão mantidos à disposição da Entidade Adjudicante ou do fiscal da obra, para efeitos de identificação, durante todo o período de execução da obra.
- 39.2** Qualquer recepção técnica preliminar estipulada nas condições especiais deve ser objecto de um pedido do adjudicatário ao fiscal da obra. O pedido deve indicar a referência do contrato, o número do lote e o local de realização da recepção, conforme o caso. O fiscal da obra deve certificar que os componentes e os materiais especificados no pedido satisfazem os requisitos para essa recepção técnica antes da sua incorporação na obra.
- 39.3** Ainda que os materiais ou elementos a incorporar na obra ou no fabrico dos componentes tenham sido tecnicamente recepcionados deste modo, podem ser rejeitados, devendo ser imediatamente substituídos pelo adjudicatário, caso um exame posterior revele defeitos ou deficiências. Pode ser dada ao adjudicatário a oportunidade de reparar e recuperar materiais e elementos que tenham sido rejeitados. No entanto, tais materiais e elementos apenas serão aceites para incorporação na obra se tiverem sido reparados e recuperados a contento do fiscal da obra.

**ARTIGO 40º Inspeções e ensaios**

- 40.1** O adjudicatário deve garantir a entrega atempada dos componentes e dos materiais no local da obra, por forma a permitir que o fiscal da obra proceda à sua recepção. Considera-se que o adjudicatário avaliou cabalmente as dificuldades que poderia vir a encontrar a este respeito, não lhe sendo permitido invocar quaisquer motivos para justificar eventuais demoras no cumprimento das suas obrigações.
- 40.2** O fiscal da obra tem o direito de inspecionar, examinar, medir e ensaiar, por si próprio ou por intermédio do seu representante, os componentes, os materiais e a mão-de-obra, bem como de controlar o avanço da preparação ou fabrico de tudo o que esteja a ser preparado ou fabricado para entrega ao abrigo do contrato, por forma a verificar se os componentes, os materiais e a mão-de-obra correspondem à qualidade e quantidade requeridas. Este direito será exercido no local de fabrico ou de preparação ou no local da obra ou ainda em quaisquer outros locais especificados nas condições especiais.
- 40.3** Para efeitos dos referidos ensaios e inspecções, o adjudicatário deve:
- a) Colocar à disposição do fiscal da obra, temporária e gratuitamente, a assistência, as amostras para ensaio, as peças, as máquinas, o equipamento, as ferramentas, os materiais e a mão-de-obra normalmente requeridos para a realização de inspecções e ensaios;
  - b) Chegar a acordo com o fiscal da obra quanto à data e ao local dos ensaios;
  - c) Permitir, a qualquer momento razoável, o acesso do fiscal da obra ao local de realização dos ensaios.
- 40.4** Caso o fiscal da obra não esteja presente na data acordada para os ensaios, o adjudicatário pode, salvo ordem em contrário recebida do fiscal da obra, proceder aos ensaios, considerando-se que os mesmos foram realizados na presença do fiscal da obra. O adjudicatário enviará imediatamente cópias devidamente autenticadas dos resultados dos ensaios ao fiscal da obra que, caso não tenha assistido aos ensaios, ficará vinculado pelos respectivos resultados.
- 40.5** Depois de os componentes e os materiais terem sido submetidos aos ensaios acima referidos, o fiscal da obra notificará o adjudicatário ou visará o certificado preparado por este último para o efeito.



- 40.6** Em caso de desacordo entre o fiscal da obra e o adjudicatário quanto à interpretação dos resultados dos ensaios, cada um deles comunicará ao outro o seu ponto de vista, no prazo de 15 dias a contar do surgimento do desacordo. O fiscal da obra ou o adjudicatário podem exigir a repetição dos ensaios nas mesmas condições ou, mediante pedido de qualquer das Partes, a sua realização por um perito a escolher de comum acordo. Todos os relatórios de ensaios serão apresentados ao fiscal da obra, que comunicará imediatamente os respectivos resultados ao adjudicatário. Os resultados da repetição dos ensaios são conclusivos. O custo da repetição dos ensaios será suportado pela Parte cuja opinião se revelou errada.
- 40.7** No exercício das suas funções, o fiscal da obra e todas as pessoas por ele autorizadas só revelarão as informações por eles obtidas, no âmbito das suas inspecções e ensaios dos métodos de fabrico e funcionamento da empresa às pessoas que tenham o direito de conhecer essas informações.

#### **ARTIGO 41º Rejeição de materiais**

- 41.1** Os componentes e os materiais que não sejam da qualidade especificada serão rejeitados, podendo ser-lhes aposta uma marca especial, que não deve ser de molde a alterar ou afectar o respectivo valor comercial. Os componentes e materiais rejeitados serão removidos do local da obra pelo adjudicatário, num prazo fixado pelo fiscal da obra. Caso o não sejam, serão removidos pelo fiscal da obra por conta e risco do adjudicatário. Qualquer obra que inclua componentes ou materiais não aprovados será rejeitada.
- 41.2** Durante a execução da obra e antes da sua recepção, o fiscal da obra tem poderes para ordenar ou decidir:
- a) A remoção do local da obra, nos prazos especificados na ordem em questão, de quaisquer componentes ou materiais que, em sua opinião, não estejam em conformidade com o contrato;
  - b) A substituição por componentes ou materiais adequados e em devidas condições;
  - c) A demolição e a correcta reconstrução ou a reparação satisfatória, independentemente de quaisquer ensaios prévios ou pagamentos por conta, de qualquer obra no que respeita a componentes, materiais, mão-de-obra ou concepção pelos quais o adjudicatário seja responsável, que, em sua opinião, não esteja de acordo com o contrato.
- 41.3** O fiscal da obra deve, logo que seja razoavelmente possível, comunicar por escrito ao adjudicatário a sua decisão, especificando os pormenores dos alegados defeitos.
- 41.4** O adjudicatário deve corrigir sem demora e a expensas próprias os defeitos assim especificados. Caso o adjudicatário não execute a referida ordem, a Entidade Adjudicante tem o direito de contratar outras pessoas para a executarem e de deduzir todas as despesas com ela directa ou indirectamente relacionadas, de quaisquer montantes devidos ou que possam vir a ser devidos ao adjudicatário.
- 41.5** O disposto no presente artigo não prejudica o direito de a Entidade Adjudicante fazer valer os seus direitos no caso de um eventual atraso na execução ou de um eventual incumprimento do contrato.

## **ARTIGO 42º Propriedade das máquinas e dos materiais**

- 42.1** Considera-se que todo o equipamento, estruturas temporárias, máquinas e materiais fornecidos pelo adjudicatário e levados para o local da obra se destinam exclusivamente à respectiva execução, não podendo ser total ou parcialmente removidos pelo adjudicatário, sem o consentimento do fiscal da obra, excepto para serem mudados de um local para outro da obra. Tal consentimento não será, todavia, necessário no que respeita aos veículos utilizados no transporte de pessoal, equipamento, estruturas temporárias, máquinas ou materiais de ou para o local da obra.
- 42.2** As condições especiais podem prever que todo o equipamento, estruturas temporárias, máquinas e materiais que se encontram no local da obra e que sejam propriedade do adjudicatário ou de qualquer empresa por ele controlada, durante o período de execução da obra:
- a) Revertam para a Entidade Adjudicante;
  - b) Sejam objecto de direito de retenção em favor da Entidade Adjudicante;
  - c) Sejam sujeitos a qualquer outro acordo que envolva um privilégio creditório ou outra garantia em favor da Entidade Adjudicante.
- 42.3** Em caso de rescisão do contrato por incumprimento por parte do adjudicatário, a Entidade Adjudicante tem o direito de utilizar o equipamento, as estruturas temporárias, as máquinas e os materiais existentes no local da obra para a sua conclusão.
- 42.4** Qualquer contrato celebrado pelo adjudicatário tendo em vista o aluguer de equipamento, estruturas temporárias, máquinas ou materiais a utilizar no local da obra deve incluir uma cláusula estipulando que, mediante pedido por escrito da Entidade Adjudicante, efectuado no prazo de 7 dias a contar da data em que a rescisão do contrato produza efeitos nos termos das condições gerais, e a assunção de um compromisso por parte da Entidade Adjudicante de tomar a seu cargo todas as despesas de aluguer a partir dessa data, o respectivo proprietário alugará esse equipamento, estruturas temporárias, máquinas ou materiais, à Entidade Adjudicante, nas mesmas condições em que tenham sido alugados ao adjudicatário, permitindo, no entanto, que a Entidade Adjudicante autorize a sua utilização por qualquer outro adjudicatário por ela contratado tendo em vista a conclusão da obra, em conformidade com as disposições das condições gerais em matéria de rescisão do contrato.
- 42.5** Em caso de rescisão do contrato antes da conclusão da obra, o adjudicatário deve entregar à Entidade Adjudicante quaisquer máquinas, estruturas temporárias, equipamento ou materiais cuja propriedade deva reverter para a Entidade Adjudicante ou que sejam objecto de um direito de retenção por força do disposto no nº 2. Caso o não faça, a Entidade Adjudicante pode tomar as medidas que considere apropriadas para obter a posse das referidas máquinas, estruturas temporárias, equipamento e materiais e reaver do adjudicatário os montantes que tenha despendido para o efeito.

## **PAGAMENTOS**

### **ARTIGO 43º Princípios gerais**

- 43.1** Os pagamentos serão efectuados em euros ou em moeda nacional. As condições administrativas ou técnicas que regem o pagamento de pré-financiamentos, os pagamentos intercalares e/ou os pagamentos finais efectuados em conformidade com as condições gerais, são definidas nas condições especiais. No caso de pagamentos em moeda nacional, esta deve ser convertida em euros à taxa publicada no Infor-Euro no primeiro dia útil do mês em que o pagamento deva ser efectuado.

- 43.2** Os pagamentos devidos pela Entidade Adjudicante serão efectuados para a conta bancária indicada na ficha de identificação financeira preenchida pelo adjudicatário. As mudanças de conta bancária devem ser assinaladas através da referida ficha, que será junta ao pedido de pagamento.
- 43.3** O serviço competente mencionado nas condições especiais procederá ao pagamento dos montantes devidos no prazo máximo de 45 dias a contar da data de registo de um pedido de pagamento admissível. Por data de pagamento entende-se a data em que o montante é debitado na conta da instituição. Um pedido de pagamento é inadmissível se não tiver sido apresentado, pelo menos, um elemento essencial.
- 43.4** O prazo de 45 dias pode ser suspenso, através de notificação ao adjudicatário de que o pedido de pagamento não pode ser deferido quer pelo facto de o montante não ser devido, quer pelo facto de os documentos comprovativos adequados não terem sido apresentados quer ainda pelo facto de as informações disponíveis suscitarem dúvidas quanto à elegibilidade das despesas. Neste último caso, pode proceder-se a um controlo no local para verificação adicional. O adjudicatário faculta os esclarecimentos, alterações ou complementos de informação necessários no prazo de 30 dias a partir da data do pedido. O adiamento do pagamento continua a correr a partir da data de registo do pedido de pagamento apresentado correctamente.
- 43.5** O adjudicatário compromete-se a reembolsar à Entidade Adjudicante, o mais tardar 45 a contar da data de recepção de um pedido desta última, os montantes que tenham sido eventualmente pagos em excesso do montante final devido. Caso contrário, a Entidade Adjudicante pode (excepto se o adjudicatário for um serviço administrativo ou um organismo público de um Estado-Membro da Comunidade) adicionar às somas devidas, juros, à taxa:
- de redesconto do instituto de emissão do Estado da Entidade Adjudicante se os pagamentos forem efectuados em moeda nacional desse Estado
  - aplicada pelo Banco Central Europeu às suas operações principais de refinanciamento, se os pagamentos forem efectuados em euros,
- no primeiro dia do mês em que a data-limite em questão tenha terminado, acrescida de 3,5 pontos percentuais. Os juros de mora cobrem o período compreendido entre o termo do prazo de pagamento fixado pela Entidade Adjudicante, exclusive, e a data efectiva de pagamento, inclusive. Qualquer pagamento parcial será em primeiro lugar imputado aos juros de mora assim determinados.
- A Entidade Adjudicante pode proceder ao reembolso dos montantes que lhe sejam devidos deduzindo dos montantes devidos ao adjudicatário, sem prejuízo do eventual escalonamento acordado entre as Partes. Os encargos bancários que resultem do reembolso dos montantes devidos à Entidade Adjudicante serão exclusivamente assumidos pelo adjudicatário. Sempre que necessário, a Comissão Europeia pode, na qualidade de dador, subrogar à Entidade Adjudicante.

#### **ARTIGO 44º Pré-financiamentos**

- 44.1** Caso as condições especiais o prevejam, mediante pedido do adjudicatário, ser-lhe-ão concedidos pré-financiamentos para operações relacionadas com a execução da obra, nos seguintes casos:
- a) A título de adiantamento global que lhe permita fazer face às despesas resultantes do início da execução do contrato;

- b) Se apresentar provas da celebração de um contrato de aquisição ou encomenda de materiais, máquinas, equipamento e ferramentas, necessários para a execução do contrato, bem como de quaisquer outras despesas prévias importantes, tais como a aquisição de patentes ou despesas com a realização de estudos.
- 44.2** As condições especiais fixarão o montante dos pré-financiamentos, que não poderá exceder 10% do preço original do contrato no que respeita ao adiantamento global referido na alínea a) do nº 1 e 20% do referido preço no que se refere aos outros pré-financiamentos referidos na alínea b) do mesmo número.
- 44.3** Não será concedido qualquer pré-financiamento antes de:
- a) O contrato ter sido celebrado;
  - b) O adjudicatário ter constituído a garantia de boa execução, referida no artigo 13º, em favor da Entidade Adjudicante;
  - c) O adjudicatário ter constituído, junto de uma das instituições referidas no nº 3 do artigo 13º, uma garantia distinta, imediatamente exigível, em favor da Entidade Adjudicante, que cubra o montante do pré-financiamento que excedam 150 000 euros e que só seja liberada após o reembolso total do pré-financiamento pelo adjudicatário, por dedução dos pagamentos intercalares previstos no contrato.
- 44.4** O adjudicatário deve utilizar o pré-financiamento exclusivamente em operações relacionadas com a execução da obra. Caso utilize indevidamente qualquer parte do pré-financiamento, este último torna-se imediatamente exigível e deve ser reembolsado, perdendo o adjudicatário o direito a novos pré-financiamentos.
- 44.5** Caso a garantia para a cobertura do pré-financiamento caduque e o adjudicatário não a renove, a Entidade Adjudicante pode quer deduzir dos futuros pagamentos devidos ao adjudicatário, nos termos do contrato, uma quantia igual ao pré-financiamento, quer aplicar o disposto no nº 5 do artigo 13º.
- 44.6** Se, por qualquer motivo, o contrato for rescindido, as garantias prestadas para cobrir os pré-financiamentos podem ser imediatamente exigidas a fim de reembolsar o saldo dos pré-financiamentos ainda devido pelo adjudicatário, não podendo o garante atrasar o pagamento nem opor-se, seja por que motivo for.
- 44.7** A garantia de pré-financiamento prevista no presente artigo será liberada à medida que os pré-financiamentos forem sendo reembolsados.
- 44.8** Quaisquer outras condições e procedimentos para a concessão e reembolso de pré-financiamentos serão estipulados nas condições especiais.

#### **ARTIGO 45º Montantes da retenção**

- 45.1** As condições especiais estipularão o montante dos pagamentos intercalares a reter a título de garantia de execução das obrigações do adjudicatário durante o período de garantia, bem como as regras pormenorizadas que regem essa garantia, que não deve, em caso algum, exceder 10% do preço contratual.
- 45.2** Sob reserva de aprovação da Entidade Adjudicante, o adjudicatário pode, caso o deseje, substituir os montantes a reter por uma garantia de retenção emitida em conformidade com o disposto no nº 3 do artigo 13º.

- 45.3** Os montantes retidos ou a garantia de retenção serão liberados no prazo de 45 dias a contar da data da recepção definitiva da obra.

#### **ARTIGO 46º Revisão de preços**

- 46.1** Salvo disposição em contrário nas condições especiais, o contrato será por preços fixos não revisíveis.

#### **ARTIGO 47º Medições**

- 47.1** Para a avaliação dos contratos de execução de obras são aplicáveis os seguintes princípios:

- a) No que respeita aos contratos por preço global, o montante devido nos termos do contrato será determinado com base na discriminação do preço global do contrato ou numa discriminação expressa em percentagem do preço contratual correspondente a fases completas da obra. Sempre que as diferentes rubricas sejam acompanhadas de quantidades, estas serão quantidades fixas, para as quais o adjudicatário apresentou um preço, sendo pagas independentemente das quantidades de trabalho efectivamente realizadas.
- b) Relativamente aos contratos por preços unitários:
  - i) O montante devido nos termos do contrato será calculado aplicando as tarifas unitárias às quantidades de trabalho efectivamente realizadas em cada rubrica, de acordo com o contrato;
  - ii) As quantidades indicadas no mapa das quantidades de trabalhos serão quantidades estimadas de trabalhos que não serão consideradas como as quantidades reais e correctas dos trabalhos a executar pelo adjudicatário no cumprimento das suas obrigações contratuais;
  - iii) O fiscal da obra determinará através de medição as quantidades reais dos trabalhos executados pelo adjudicatário, que serão pagas de acordo com as disposições das condições gerais relativas aos pagamentos intercalares. Salvo disposição em contrário prevista nas condições especiais, não serão efectuadas adições às rubricas do mapa das quantidades de trabalhos, excepto as decorrentes de qualquer alteração em conformidade com o disposto no artigo 35º ou noutra disposição do contrato que confira ao adjudicatário o direito a um pagamento adicional;
  - iv) Quando pretenda obter a medição de qualquer parte da obra, o fiscal da obra deve comunicar atempadamente a sua intenção ao adjudicatário para que este esteja presente na mediação ou se faça representar por um agente qualificado. O adjudicatário ou o seu representante facultarão assistência ao fiscal da obra na realização dessas medições e fornecer-lhe-ão todos os elementos de que possa necessitar. Caso o adjudicatário não esteja presente nem se faça representar, a medição efectuada pelo fiscal da obra ou por ele aprovada será vinculativa para o adjudicatário;
  - v) A obra deverá ser medida em termos de quantidades efectivas, independentemente de quaisquer usos gerais ou locais, salvo disposição em contrário prevista no contrato.

- 47.2** As condições especiais especificarão o método a utilizar e as disposições aplicáveis às medições.

#### **ARTIGO 48º Pagamentos intercalares**

- 48.1** Salvo disposição em contrário prevista nas condições especiais, no termo de cada período referido no nº 7, o adjudicatário apresentará um pedido de pagamento intercalar ao fiscal da obra de uma forma aprovada por este último. O pedido deve incluir, consoante o caso, os seguintes elementos:

- a) O valor contratual estimado das obras definitivas executadas até ao final do período em questão;
- b) Um montante correspondente às eventuais revisões de preços, em conformidade com o disposto no artigo 46º;
- c) Um montante a reter a título de garantia, em conformidade com o disposto no artigo 45º;
- d) Um montante a deduzir a título de reembolso dos pré-financiamentos, em conformidade com o disposto no artigo 44º;
- e) Qualquer crédito e/ou débito relativo ao período em questão respeitante a máquinas e materiais existentes no local da obra, destinados às obras definitivas mas ainda não incorporados nas mesmas, no montante e de acordo com as condições estipuladas no ° 2;
- f) Qualquer outro montante a que o adjudicatário tenha direito nos termos do contrato.

**48.2** O adjudicatário tem direito aos montantes que o fiscal da obra possa considerar adequados relativamente às máquinas e materiais destinados às obras definitivas mas ainda não incorporados nas mesmas, desde que:

- a) As máquinas e materiais estejam de acordo com as especificações relativas às obras definitivas e estejam agrupados em lotes de um modo que possam ser reconhecidos pelo fiscal da obra;
- b) As máquinas e materiais tenham sido entregues no local da obra, encontrando-se correctamente armazenados e protegidos contra perdas, danos ou deterioração, a contento do fiscal da obra;
- c) Os registos do adjudicatário, no que se refere a especificações, encomendas, recepção e utilização de máquinas e materiais nos termos do contrato, sejam mantidos de uma forma aprovada pelo fiscal da obra e estejam à sua disposição para inspecção;
- d) O adjudicatário apresente, com a conta, o valor estimado das máquinas e materiais existentes no local da obra juntamente com os documentos que possam ser exigidos pelo fiscal da obra tendo em vista a sua avaliação e que constituam prova da respectiva propriedade e pagamento;
- e) Sempre que as condições especiais o especifiquem, considera-se que a propriedade das máquinas e materiais referidos no artigo 42º reverte em favor da Entidade Adjudicante.

**48.3** A aprovação pelo fiscal da obra de qualquer pagamento intercalar aceite respeitante a máquinas e materiais nos termos do presente artigo não prejudica o exercício dos seus poderes, nos termos do contrato, para rejeitar quaisquer máquinas ou materiais que não estejam de acordo com o disposto no contrato.

**48.4** O adjudicatário é responsável por quaisquer perdas ou danos e pelo custo de armazenagem e movimentação das máquinas e materiais no local da obra, devendo subscrever qualquer seguro suplementar eventualmente necessário para cobrir o risco de tais perdas e danos, independentemente da causa.

- 48.5** No prazo de 45 dias a contar da recepção do pedido de pagamento intercalar, o mesmo deve ser aprovado ou alterado de um modo que, na opinião do fiscal da obra, corresponda ao montante devido ao adjudicatário em conformidade com o contrato. Em caso de divergência de opiniões quanto ao valor de um elemento, prevalece a opinião do fiscal da obra. Após ter determinado o montante devido ao adjudicatário, o fiscal da obra entrega à Entidade Adjudicante e ao adjudicatário uma nota de pagamento intercalar correspondente ao montante devido ao adjudicatário e informá-lo-á das obras a que o pagamento se refere.
- 48.6** O fiscal da obra pode, através de uma nota de pagamento intercalar, efectuar quaisquer correcções ou alterações no que respeita a qualquer nota por si emitida, podendo igualmente modificar a avaliação ou reter a emissão de qualquer nota de pagamento caso a obra ou qualquer das suas partes não estejam a ser executadas a seu contento.
- 48.7** Salvo disposição em contrário nas condições especiais, a frequência estabelecida será a de um pagamento intercalar por mês.

#### **ARTIGO 49º Acerto de contas final**

- 49.1** No prazo máximo de 90 dias a contar da emissão do auto de recepção definitiva, o adjudicatário deve apresentar ao fiscal da obra um projecto de acerto de contas final, acompanhado de documentos justificativos que demonstrem de forma pormenorizada o valor das obras efectuadas em conformidade com o contrato, bem como quaisquer outros montantes que o adjudicatário considere que lhe sejam devidos nos termos do contrato, a fim de que o fiscal da obra possa preparar o acerto de contas final.
- 49.2** No prazo de 45 dias a contar da recepção do projecto de acerto de contas final e de todas as informações razoavelmente requeridas para a sua verificação, o fiscal da obra deve preparar o acerto de contas final, que determina:
- a) O montante que, em sua opinião, ainda é devido a título do contrato;
  - b) Após determinar os montantes previamente pagos pela Entidade Adjudicante e todos os montantes a que esta última tenha direito nos termos do contrato, o saldo eventualmente devido pela Entidade Adjudicante ao adjudicatário ou pelo adjudicatário à Entidade Adjudicante, consoante o caso.
- 49.3** O fiscal da obra deve entregar à Entidade Adjudicante ou ao seu representante devidamente autorizado e ao adjudicatário o acerto de contas final, indicando o montante final a que o adjudicatário tem direito nos termos do contrato. A Entidade Adjudicante ou o seu representante devidamente autorizado e o adjudicatário devem assinar o acerto de contas final, conhecendo assim o valor total e definitivo dos trabalhos executados nos termos do contrato, e enviar sem demora uma cópia assinada ao fiscal da obra. Todavia, o acerto de contas final não inclui os montantes contestados que sejam objecto de negociações, processo de conciliação, arbitragem ou litígio.
- 49.4** O acerto de contas final assinado pelo adjudicatário constitui uma quitação por escrito da Entidade Adjudicante confirmando que o total do acerto de contas final representa a liquidação total e definitiva de todos os montantes devidos ao adjudicatário nos termos do contrato, com excepção dos montantes que sejam objecto de negociações, processo de conciliação ou de arbitragem ou litígio. Todavia, a referida quitação só se torna efectiva depois da realização de qualquer pagamento devido em conformidade com o acerto de contas final e da restituição ao adjudicatário da garantia de execução referida no artigo 13º.
- 49.5** A Entidade Adjudicante não responde perante o adjudicatário por qualquer questão ou facto decorrente ou relacionado com o contrato ou com a execução da obra, a menos que o adjudicatário tenha incluído um pedido a esse respeito no seu projecto de acerto de contas final.

## **ARTIGO 50º Mora no pagamento**

**50.1** O pagamento dos montantes devidos ao adjudicatário será efectuado pela Entidade Adjudicante no prazo máximo de 45 dias a contar da data de registo de um pedido de pagamento admissível em conformidade com o artigo 43º das presentes condições gerais. O prazo de execução tem início na data de aprovação dos documentos pelo serviço competente mencionado no artigo 43º das condições especiais. Os referidos documentos consideram-se explícita ou implicitamente aprovados se não for dada uma resposta por escrito no prazo de 45 dias a contar da recepção do pedido acompanhado dos documentos exigidos.

**50.2** No termo do prazo fixado no nº1, o adjudicatário pode solicitar, o mais tardar no prazo de 2 meses a partir da recepção tardia do pagamento, beneficiar de juros de mora à taxa

- de redesconto do instituto de emissão do Estado da Entidade Adjudicante se os pagamentos forem efectuados em moeda nacional,
- aplicada pelo Banco Central Europeu às suas operações principais de refinanciamento tal como publicado no Jornal Oficial da União Europeia se os pagamentos forem efectuados em euros,

no primeiro dia do mês em que a data-limite em questão tenha terminado, acrescida de 3,5 pontos percentuais. Os juros de mora cobrem o período compreendido entre o termo do prazo de pagamento, exclusive, e a data de débito na conta da Entidade Adjudicante, inclusive.

**50.3** Qualquer falta de pagamento por um período superior a 90 dias a contar do termo do prazo fixado no nº 1 confere ao adjudicatário o direito de não executar o contrato ou de o rescindir, mediante notificação prévia com 30 dias de antecedência à Entidade Adjudicante e ao fiscal da obra.

## **ARTIGO 51º Pagamentos a terceiros**

**51.1** As ordens de pagamento em favor de terceiros só podem ser executadas após uma cessão da posição contratual efectuada em conformidade com o disposto no artigo 6º. A cessão da posição contratual deve ser notificada à Entidade Adjudicante.

**51.2** A notificação dos beneficiários da cessão da posição contratual incumbe exclusivamente ao adjudicatário.

**51.3** Em caso de penhora regular dos bens do adjudicatário, que afecte o pagamento dos montantes que lhe sejam devidos a título do contrato, sem prejuízo do prazo previsto nas condições especiais, a Entidade Adjudicante dispõe, para recuperar os pagamentos efectuados ao adjudicatário, de um prazo de 30 dias a contar da data em que tenha sido notificado do levantamento definitivo do obstáculo ao pagamento.

## **ARTIGO 52º Pedidos de pagamentos adicionais**

**52.1** Caso considere que, nos termos do contrato, existem circunstâncias que lhe dão direito a reclamar pagamentos adicionais, o adjudicatário deve:

- a) Caso tencione reclamar qualquer pagamento adicional, comunicar a sua intenção ao fiscal da obra ou apresentar o pedido devidamente justificado no prazo de 15 dias a contar da data em que tome conhecimento das referidas circunstâncias;



- b) Num prazo tão breve quanto possível a contar da data da notificação, mas não superior a 60 dias após a mesma, salvo acordo em contrário do fiscal da obra, apresentar a este último elementos completos e pormenorizados para instruir o seu pedido. Tais elementos não podem em caso algum, ser entregues após a data de apresentação do projecto de acerto de contas final. Posteriormente, o adjudicatário deve apresentar com prontidão quaisquer elementos complementares que o fiscal da obra possa razoavelmente exigir para apreciar a procedência do pedido.

**52.2** Após ter recebido os elementos completos e pormenorizados por ele requeridos no que respeita ao pedido do adjudicatário e consultado devidamente a Entidade Adjudicante e, se for caso disso, o adjudicatário, o fiscal da obra deve decidir se o adjudicatário tem direito ao pagamento adicional e notificar a sua decisão às Partes.

**52.3** O fiscal da obra pode rejeitar qualquer pedido de pagamento adicional que não seja conforme aos requisitos do presente artigo.

### **ARTIGO 53º Data-limite de autorização**

As obrigações de pagamento da Comunidade Europeia por força do presente contrato caducam 18 meses após o termo do período de execução previsto, a não ser que o contrato tenha sido rescindido em conformidade com as presentes condições gerais. No caso de co-financiamento, esta data é fixada nas condições especiais.

## **RECEPÇÃO E MANUTENÇÃO**

### **ARTIGO 54º Verificação das obras**

**54.1** A verificação das obras pelo fiscal da obra tendo em vista a recepção provisória ou definitiva tem lugar na presença do adjudicatário. A ausência do adjudicatário não impede a verificação, desde que o mesmo tenha sido devidamente convocado com uma antecedência de, pelo menos, 30 dias em relação à data da verificação.

**54.2** Caso circunstâncias excepcionais tornem impossível averiguar o estado das obras ou de outro modo proceder à sua recepção durante o período fixado para a recepção provisória ou definitiva, o fiscal da obra, após consultar, sempre que possível, o adjudicatário, deve elaborar uma declaração atestando essa impossibilidade. A verificação realizar-se-á e o auto de recepção ou de rejeição será lavrado pelo fiscal da obra no prazo de 30 dias a contar da data em que tal impossibilidade deixe de existir. O adjudicatário não pode invocar estas circunstâncias para se subtrair à obrigação de apresentar a obra num estado adequado para a sua recepção.

### **ARTIGO 55º Meios de verificação**

**55.1** As obras só serão recepcionadas após a realização das verificações e dos ensaios prescritos, a expensas do adjudicatário. O adjudicatário notifica ao fiscal da obra a data em que podem iniciar-se essas verificações e ensaios.

- 55.2** As obras que não satisfaçam as condições estipuladas no contrato ou, na falta de tais condições, que não sejam executadas em conformidade com as regras da arte em vigor no Estado em que se localizam, serão, se necessário, demolidas e reconstruídas pelo adjudicatário ou reparadas a contento do fiscal da obra. Caso contrário, tais ações serão automaticamente empreendidas por ordem do fiscal da obra, após notificar devidamente o adjudicatário e a expensas deste último. O fiscal da obra pode igualmente exigir a demolição e a reconstrução pelo adjudicatário, ou a respectiva reparação a seu inteiro contento, das obras em que tenham sido utilizados materiais inaceitáveis ou que tenham sido executadas durante os períodos de suspensão previstos no artigo 36°.

#### **ARTIGO 56° Recepção parcial**

- 56.1** A Entidade Adjudicante pode utilizar as diversas estruturas, partes de estruturas ou partes da obra que fazem parte do contrato, à medida que vão sendo concluídas. Qualquer tomada de posse das estruturas, partes de estruturas ou partes da obra pela Entidade Adjudicante será precedida da respectiva recepção parcial provisória. No entanto, em caso de urgência, as obras podem entrar na posse da Entidade Adjudicante antes da recepção, desde que previamente seja elaborado pelo fiscal da obra um inventário dos trabalhos não realizados, que deve ser aceite pelo adjudicatário e pelo fiscal da obra. Após a tomada de posse de uma estrutura, parte de estrutura ou parte da obra pela Entidade Adjudicante, o adjudicatário deixa de ser obrigado a reparar quaisquer danos que não os resultantes de defeitos de construção ou de execução.
- 56.2** A pedido do adjudicatário e caso a natureza das obras o permita, o fiscal da obra pode proceder à recepção parcial provisória, desde que as estruturas, partes de estruturas ou partes da obra estejam concluídas e prontas para a utilização prevista no contrato.
- 56.3** Nos casos de recepção parcial provisória referidos nos n°s 1 e 2 do presente artigo, o prazo de garantia previsto no artigo 58° começa a contar a partir da data dessa recepção parcial provisória, salvo disposição em contrário das condições especiais.

#### **ARTIGO 57° Recepção provisória**

- 57.1** A obra entra na posse da Entidade Adjudicante após ter sido aprovada nos ensaios finais e ter sido emitido, ou considerado emitido, um auto de recepção provisória.
- 57.2** Mediante notificação ao fiscal da obra, o adjudicatário pode solicitar um auto de recepção provisória num prazo não superior a 15 dias em relação à data em que, em sua opinião, as obras se encontrem concluídas e prontas para a recepção provisória. Num prazo de 30 dias a contar da recepção do pedido do adjudicatário, o fiscal da obra deve:
- a) Emitir o auto de recepção provisória destinado ao adjudicatário, com cópia para a Entidade Adjudicante, indicando as suas eventuais reservas e, nomeadamente, a data em que, em sua opinião, a obra foi concluída em conformidade com o contrato e se encontrava pronta para a recepção provisória;
  - b) Rejeitar o pedido, fundamentado a sua decisão e especificando as medidas que, em sua opinião, o adjudicatário deve tomar para que o auto seja emitido.
- 57.3** Caso o fiscal da obra não emita o auto de recepção provisória nem rejeite o pedido do adjudicatário no prazo de 30 dias, considera-se que emitiu o auto no último dia daquele prazo. O auto de recepção provisória não é considerado como constituindo um reconhecimento de que a obra foi integralmente concluída. Caso no contrato a obra esteja dividida em partes, o adjudicatário pode solicitar autos distintos para cada parte.

- 57.4** Após a recepção provisória da obra, o adjudicatário deve desmontar e remover as estruturas temporárias, bem como os materiais que deixem de ser necessários para a execução do contrato. O adjudicatário deve igualmente remover quaisquer entulhos ou obstáculos e repor o local da obra no seu estado inicial, tal como previsto no contrato.
- 57.5** Imediatamente após a recepção provisória, a Entidade Adjudicante pode utilizar a totalidade da obra concluída.

#### **ARTIGO 58º Obrigações durante o período de garantia**

- 58.1** O adjudicatário é responsável pela reparação de qualquer defeito ou dano em qualquer parte da obra que possa surgir ou ocorrer durante o período de garantia e que resulte:
- a) Da utilização de máquinas ou materiais defeituosos ou de deficiências de execução ou concepção imputáveis ao adjudicatário;
  - b) De qualquer acto ou omissão do adjudicatário durante o período de garantia;
  - c) Ou que seja detectado no âmbito de uma inspecção efectuada pela Entidade Adjudicante ou em seu nome.
- 58.2** O adjudicatário deve reparar, a expensas próprias e o mais rapidamente possível, qualquer defeito ou dano. O período de garantia dos elementos substituídos ou reparados recomeça a contar a partir da data em que a substituição ou reparação fique concluída a contento do fiscal da obra. Caso o contrato preveja a recepção parcial, o período de garantia será prorrogado unicamente em relação à parte da obra afectada pela substituição ou reparação.
- 58.3** Caso, durante o período de garantia, surja qualquer defeito ou ocorra qualquer dano, a Entidade Adjudicante ou o fiscal da obra notificarão tal facto ao adjudicatário. Se o adjudicatário não reparar o defeito ou o dano no prazo fixado na notificação, a Entidade Adjudicante pode:
- a) Executar ela própria os trabalhos ou recorrer a um terceiro para a execução dos trabalhos, por conta e risco do adjudicatário, devendo nesse caso os custos incorridos pela Entidade Adjudicante ser deduzidos dos montantes devidos ao adjudicatário ou das garantias por ele prestadas ou de ambos;
  - b) Rescindir o contrato.
- 58.4** Caso o defeito ou o dano sejam de tal modo importantes que impeçam a Entidade Adjudicante de utilizar a totalidade ou parte da obra, esta última tem direito, sem prejuízo de qualquer outra reparação, a recuperar todos os montantes pagos relativamente às partes da obra em questão, bem como o custo da sua demolição e da limpeza do local da obra.
- 58.5** Em caso de emergência, em que o adjudicatário não possa ser contactado imediatamente ou, tendo sido contactado, não possa tomar as medidas necessárias, a Entidade Adjudicante ou o fiscal da obra podem mandar realizar a obra a expensas do adjudicatário. A Entidade Adjudicante ou o fiscal da obra informarão logo que possível o adjudicatário das medidas tomadas.
- 58.6** Sempre que as condições especiais estipulem que os trabalhos de manutenção exigidos por uma utilização normal devam ser efectuados pelo adjudicatário, tais trabalhos serão pagos a partir de um montante provisional. Esta obrigação não abrange a deterioração resultante das circunstâncias previstas no artigo 19º ou de uma utilização anormal, a menos que revele a existência de um erro ou defeito que justifique um pedido de reparação ou substituição em conformidade com o disposto no presente artigo.

- 58.7** As obrigações em matéria de garantia são estipuladas nas condições especiais e nas especificações técnicas. Se a duração do período de garantia não estiver especificada, esse período é de 365 dias. O período de garantia começa a contar a partir da data da recepção provisória, podendo recomençar em conformidade com o disposto no nº 2.
- 58.8** Após a recepção provisória e sem prejuízo das obrigações em matéria de garantia previstas no presente artigo, o adjudicatário deixa de ser responsável por riscos susceptíveis de afectar as obras resultantes de causas que lhe não sejam imputáveis. No entanto, a partir da data da recepção provisória, o adjudicatário é responsável pela solidez da construção, em conformidade com o previsto nas condições especiais.

### **ARTIGO 59º Recepção definitiva**

- 59.1** Uma vez terminado o período de garantia ou o último desses períodos nos casos em que existe mais do que um período de garantia, e após rectificação de todos os defeitos ou danos, o fiscal da obra emite um auto de recepção definitiva para o adjudicatário, com cópia para a Entidade Adjudicante, indicando a data em que o adjudicatário cumpriu todas as suas obrigações contratuais a contento do fiscal da obra. O auto de recepção definitiva será entregue pelo fiscal da obra no prazo de 30 dias a contar do termo do período acima referido ou logo que estejam concluídas, a seu contento, quaisquer obras mandadas executar em conformidade com o disposto no artigo 58º.
- 59.2** Considera-se que o contrato não foi integralmente executado enquanto o auto de recepção definitiva não tiver sido assinado ou considerado assinado pelo dono da obra.
- 59.3** Não obstante a emissão do auto de recepção definitiva, o adjudicatário e a Entidade Adjudicante continuam a ser responsáveis pelo cumprimento de qualquer obrigação, resultante do contrato, anterior à emissão do referido auto e que ainda não tenha sido executada na data dessa emissão. A natureza e o âmbito de tal obrigação são determinados tomando por referência as disposições do contrato.

## **INCUMPRIMENTO E RESCISÃO DO CONTRATO**

### **ARTIGO 60º Incumprimento do contrato**

- 60.1** Existe um incumprimento do contrato sempre que uma das Partes não satisfaça qualquer das suas obrigações contratuais. Os casos de incumprimento do contrato devem ser registados no livro de obra. Quando se verifique um incumprimento do contrato, a parte lesada tem direito a uma indemnização e/ou à rescisão do contrato.
- 60.2** Sempre que se verifique um incumprimento do contrato imputável ao adjudicatário, a Entidade Adjudicante tem o direito de tomar as seguintes medidas:
- Executar a totalidade ou parte da obra em regime de administração directa;
  - Rescindir a totalidade ou parte do contrato, com ou sem o pagamento de uma indemnização pelo adjudicatário;
  - Celebrar um contrato com um terceiro em substituição do adjudicatário, após rescisão prévia do contrato original;
  - Excluir temporária ou permanentemente o adjudicatário da adjudicação de contratos.

**60.3** A execução das medidas acima previstas deve obedecer aos seguintes procedimentos:

Qualquer decisão relacionada com a aplicação das referidas medidas deve ser tomada pela Entidade Adjudicante e notificada ao adjudicatário por carta registada com aviso de recepção.

Ao aplicar qualquer destas medidas, o fiscal da obra deve, por todos os meios adequados, proteger ou garantir a correcta execução das obras.

Caso a obra seja executada por administração directa ou através de um contrato celebrado com um terceiro em substituição do adjudicatário, após ter convocado o adjudicatário por carta registada com aviso de recepção, o fiscal da obra inspecciona a obra, elabora um inventário das máquinas e dos materiais, bem como uma relação dos salários e dos montantes devidos pelo adjudicatário.

Caso a obra seja executada por administração directa, o fiscal da obra pode utilizar o equipamento do adjudicatário para concluir a execução do contrato. Neste caso, o adjudicatário estará autorizado a observar as operações, não podendo, no entanto, interferir na execução das instruções dadas pelo fiscal da obra. A execução em regime de administração directa pode ser interrompida caso o adjudicatário forneça prova de que dispõe dos meios necessários para recomeçar e concluir satisfatoriamente a obra.

As despesas suplementares decorrentes da execução em regime de administração directa ou de um contrato celebrado com um terceiro em substituição do adjudicatário serão suportadas por este último.

Caso a execução da obra através de um contrato celebrado com um terceiro, em substituição do adjudicatário, resulte numa redução das despesas, a diferença reverte para a Entidade Adjudicante.

**60.4** Além das medidas acima referidas, pode ser atribuída uma indemnização, que pode ser:

- a) Por perdas e danos (de carácter geral);
- b) Uma indemnização fixa.

Os montantes e os procedimentos aplicáveis a estas indemnizações são estipulados nas condições especiais.

**60.5** O reembolso das indemnizações, pagamentos ou despesas decorrentes da aplicação das medidas previstas no presente artigo é efectuado por dedução nos montantes devidos ao adjudicatário, a partir do depósito ou da execução da garantia.

## **ARTIGO 61º Rescisão pela Entidade Adjudicante**

**61.1** Após notificação prévia de 7 dias ao adjudicatário, a Entidade Adjudicante pode rescindir o contrato nos seguintes casos:

- a) O adjudicatário não executa as suas obrigações fundamentalmente de acordo com as disposições do contrato;
- b) O adjudicatário não cumpre, dentro de um prazo razoável, uma notificação do fiscal da obra em que este lhe exige que repare qualquer negligência ou incumprimento das suas obrigações contratuais, que comprometa seriamente a correcta execução dos trabalhos dentro do prazo;

- c) O adjudicatário recusa ou abstém-se de cumprir as ordens administrativas dadas pelo fiscal da obra;
- d) O adjudicatário cede o contrato ou subcontrata sem autorização da Entidade Adjudicante;
- e) O adjudicatário encontra-se em situação de falência ou é objecto de um processo de falência, de liquidação, de cessação de actividade, ou está sujeito a qualquer outro meio preventivo de liquidação de património ou em qualquer outra situação análoga resultante de um processo da mesma natureza nos termos da legislação e regulamentação nacionais;
- f) O adjudicatário foi condenado por sentença transitada em julgado, por qualquer delito relacionado com a sua honorabilidade profissional;
- g) O adjudicatário cometeu uma falta grave em matéria profissional, comprovada por qualquer meio que a Entidade Adjudicante possa apresentar;
- h) O adjudicatário foi condenado, por sentença transitada em julgado, por fraude, corrupção, participação numa organização criminosa ou qualquer outra actividade ilegal que prejudique os interesses financeiros das Comunidades;
- i) Na sequência de um procedimento de adjudicação de um outro contrato ou de um procedimento de concessão de uma subvenção financiados pelo orçamento comunitário, o adjudicatário foi declarado em situação de falta grave em matéria de execução, em razão do não respeito das suas obrigações contratuais;
- j) Uma mudança a nível da empresa que implique uma alteração da personalidade jurídica, da natureza ou do controlo do adjudicatário, a menos que tal modificação seja objecto de uma adenda ao contrato;
- k) A existência de qualquer outra incapacidade jurídica que impeça a execução do contrato;
- l) O adjudicatário não constitui a garantia ou não subscreve o seguro necessário ou a pessoa que prestou a garantia ou subscreveu o seguro exigidos nos termos do presente contrato não pode honrar os seus compromissos.

**61.2** A rescisão do contrato não prejudica quaisquer outros direitos ou faculdades da Entidade Adjudicante e do adjudicatário nos termos do contrato. A Entidade Adjudicante pode subsequentemente concluir ela própria as obras ou celebrar outro contrato com um terceiro, por conta do adjudicatário. A responsabilidade do adjudicatário por atraso na conclusão da obra cessa logo que a Entidade Adjudicante o intime a abandonar o local da obra, sem prejuízo de qualquer outra responsabilidade em que possa ter anteriormente incorrido.

**61.3** Após a notificação de rescisão do contrato, o fiscal da obra dá instruções ao adjudicatário para que este tome imediatamente as medidas necessárias no sentido de pôr rápida e ordenadamente termo aos trabalhos e de reduzir as despesas a um mínimo.

**61.4** Logo que possível após a rescisão do contrato, o fiscal da obra deve confirmar o valor das obras efectuadas e todos os montantes devidos ao adjudicatário à data da referida rescisão.

**61.5** Em caso de rescisão:

- a) O fiscal da obra elaborará o mais rapidamente possível, após a inspecção da obra um relatório dos trabalhos executados pelo adjudicatário, bem como um inventário das estruturas temporárias, materiais, máquinas e equipamento. O adjudicatário deve ser convocado para que esteja presente durante a inspecção e a realização do inventário. O fiscal da obra deve igualmente elaborar uma relação dos salários ainda devidos pelo adjudicatário aos trabalhadores por ele empregados para a execução do contrato, bem como dos montantes por ele devidos à Entidade Adjudicante;
- b) A Entidade Adjudicante tem a opção de adquirir a totalidade ou parte das estruturas temporárias que tenham sido aprovadas pelo fiscal da obra, bem como as máquinas e os materiais especificamente fornecidos ou fabricados para a execução da obra prevista no contrato;
- c) O preço de aquisição das estruturas temporárias, equipamento, máquinas e materiais acima referidos não deve exceder a parte não liquidada das despesas efectuadas pelo adjudicatário, limitando-se tais despesas às necessárias para a execução do contrato em condições normais;
- d) A Entidade Adjudicante pode adquirir, a preços de mercado, os materiais e elementos fornecidos ou encomendados pelo adjudicatário, mas ainda não pagos pela Entidade Adjudicante, nas condições que o fiscal da obra considere adequadas.

**61.6** A Entidade Adjudicante não é obrigada a efectuar quaisquer outros pagamentos ao adjudicatário enquanto as obras não forem concluídas, após o que tem o direito de obter do adjudicatário o reembolso de eventuais despesas suplementares decorrentes da conclusão das obras ou o dever de pagar qualquer saldo devido ao adjudicatário antes da rescisão do contrato

**61.7** Se a Entidade Adjudicante rescindir o contrato, tem o direito de ser reembolsada pelo adjudicatário por qualquer prejuízo sofrido até ao montante máximo previsto no contrato. Se o contrato não previr qualquer montante máximo, a Entidade Adjudicante só tem direito a ser reembolsada da parcela do valor contratual correspondente à parte da obra que, por incumprimento do adjudicatário, não possa ser utilizada como previsto.

**61.8** Quando a rescisão não resulte de um acto ou omissão do adjudicatário, este último tem direito a reclamar, para além das quantias que lhe sejam devidas pelos trabalhos já realizados, uma indemnização pelo prejuízo sofrido.

**61.9** O presente contrato será automaticamente rescindido se não tiver originado nenhum pagamento nos três anos subsequentes à sua assinatura.

**ARTIGO 62º Rescisão pelo adjudicatário**

**62.1** O adjudicatário pode rescindir o contrato, mediante pré-aviso de 14 dias dirigido à Entidade Adjudicante, caso esta última:

- a) Não lhe pague os montantes devidos em conformidade com qualquer nota de pagamento do fiscal da obra depois de expirado o prazo fixado no nº 3 do artigo 50º;
- b) Não cumpra reiteradamente as suas obrigações após repetidas insistências;
- c) Suspenda a execução da obra ou de qualquer das suas partes, por um período superior a 180 dias, por motivos não especificados no contrato ou não resultantes de falta do adjudicatário.

- 62.2** A rescisão do contrato não prejudica quaisquer outros direitos ou faculdades da Entidade Adjudicante e do adjudicatário nos termos do contrato. Após a rescisão, o adjudicatário tem o direito de retirar imediatamente o seu equipamento do local da obra, sem prejuízo do disposto na legislação do Estado da Entidade Adjudicante.
- 62.3** Em caso de rescisão nestas condições, a Entidade Adjudicante deve indemnizar o adjudicatário por qualquer perda ou dano que este possa ter sofrido.

### **ARTIGO 63º Força maior**

- 63.1** Considera-se que as Partes não incorrem em incumprimento ou violação das suas obrigações contratuais se a respectiva execução tiver sido impedida por circunstâncias de força maior ocorridas após a data de notificação da adjudicação do contrato ou a data em que o contrato comece a produzir efeitos, conforme a data que for anterior.
- 63.2** Na aceção das presentes condições gerais, por "força maior", entende-se greves, *lock-out* ou outros conflitos laborais, actos do inimigo público, guerras declaradas ou não, bloqueios, insurreições, motins, epidemias, desabamentos de terras, terremotos, tempestades, raios, inundações, desmoronamentos provocados pela acção das águas, tumultos, explosões e quaisquer outras ocorrências imprevisíveis similares independentes da vontade das Partes ou que estas não possam superar apesar de toda a sua diligência.
- 63.3** Não obstante o disposto nas condições gerais em matéria de atrasos na execução e de rescisão pela Entidade Adjudicante, o adjudicatário não está sujeito à perda da sua garantia de execução, nem ao pagamento de uma indemnização por perdas e danos nem a denúncia por incumprimento do contrato se, e na medida em que, o atraso na execução ou qualquer outro incumprimento das suas obrigações contratuais resultarem de uma circunstância de força maior. Do mesmo modo, não obstante o disposto nas condições gerais em matéria de atrasos na execução e de rescisão pelo adjudicatário, a Entidade Adjudicante não está sujeita ao pagamento de juros de mora por não-execução ou por rescisão do contrato por parte do adjudicatário por incumprimento se, e na medida em que, o atraso da Entidade Adjudicante no pagamento ou qualquer outro incumprimento das suas obrigações contratuais resultarem de uma circunstância de força maior.
- 63.4** Se qualquer das Partes considerar que ocorreram circunstâncias de força maior susceptíveis de afectar o cumprimento das suas obrigações, deve notificar imediatamente a outra parte e o fiscal da obra, fornecendo dados pormenorizados sobre a natureza, a duração provável e os efeitos prováveis das referidas circunstâncias. Salvo instrução em contrário por escrito do fiscal da obra, o adjudicatário deve continuar a cumprir as suas obrigações contratuais na medida em que tal seja razoavelmente praticável e procurar todos os meios alternativos razoáveis para cumprir as obrigações cuja execução não seja impedida pela circunstância de força maior. O adjudicatário só porá em prática esses meios alternativos após receber instruções nesse sentido do fiscal da obra.
- 63.5** Se o cumprimento das ordens do fiscal da obra ou o recurso a meios alternativos em conformidade com o disposto no nº 4 implicar despesas suplementares para o adjudicatário, o respectivo montante deve ser confirmado pelo fiscal da obra.
- 63.6** Em caso de ocorrência de circunstâncias de força maior que persistam por um período de 180 dias, não obstante qualquer prorrogação do prazo de execução das obras que por esse motivo tenha sido concedida ao adjudicatário, qualquer das Partes pode denunciar o contrato mediante um pré-aviso de 30 dias à outra Parte. Se, no termo deste período de 30 dias, a circunstância de força maior se mantiver, o contrato será rescindido, ficando, por conseguinte, em conformidade com a legislação que rege o contrato, as Partes desobrigadas de prosseguir a sua execução.



## **ARTIGO 64º Morte**

- 64.1** Se o adjudicatário for uma pessoa singular, o contrato é automaticamente rescindido com a sua morte. Contudo, a Entidade Adjudicante examina as eventuais propostas dos herdeiros ou sucessores legais, caso estes tenham notificado a intenção de dar seguimento ao contrato. A decisão da Entidade Adjudicante será notificada aos interessados no prazo de 30 dias a contar da recepção de tal proposta.
- 64.2** Se o adjudicatário for constituído por mais do que uma pessoa singular, em caso de morte de uma ou mais dessas pessoas, proceder-se-á a uma verificação do estado de adiantamento das obras e a Entidade Adjudicante decidirá se rescinde ou se dá seguimento ao contrato em função do compromisso assumido pelos sobreviventes e pelos herdeiros ou sucessores legais, consoante o caso.
- 64.3** Nos casos previstos nos nºs 1 e 2, as pessoas que se proponham prosseguir a execução do contrato, devem notificar esse facto à Entidade Adjudicante nos 15 dias subsequentes à data da morte. Salvo disposição em contrário previstas nas condições especiais, tais pessoas serão solidariamente responsáveis pela boa execução do contrato, nas mesmas condições que o adjudicatário falecido. A prossecução do contrato está sujeita às regras relativas à constituição de sociedades.

## **RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS**

### **ARTIGO 65º Resolução amigável de litígios**

- 65.1** As Partes emvidarão todos os esforços no sentido de resolver amigavelmente qualquer litígio que possa surgir entre si. Em caso de litígio, as Partes comunicam por escrito entre si a respectiva posição sobre a questão, assim como qualquer solução que considerem possível. Caso uma das Partes o considere oportuno, as Partes reunir-se-ão para tentar resolver o litígio. Qualquer das Partes deve responder a um eventual pedido de resolução amigável no prazo de 30 dias a contar do pedido. O período máximo fixado para uma resolução amigável é de 120 dias a contar do início do processo. Se a tentativa de resolução amigável não tiver resultados positivos ou se uma das Partes não responder atempadamente aos pedidos de resolução, qualquer das Partes tem o direito de passar à fase seguinte do processo de resolução de litígios mediante notificação às outras Partes.
- 65.2** Caso o processo de resolução amigável do litígio não seja bem sucedido, as Partes podem, no caso dos contratos descentralizados, tentar uma conciliação pela Comissão Europeia. Se, no prazo de 120 dias a contar do início do processo de conciliação, não se chegar a uma solução, qualquer das Partes tem o direito de passar à fase seguinte do processo de resolução de litígios.

### **ARTIGO 66º Resolução contenciosa de litígios**

Se, no prazo de 120 dias a contar do início do processo de resolução amigável de litígios, não se chegar a uma solução, qualquer das Partes poderá submeter o litígio:

- a) A decisão de uma jurisdição nacional
- b) A uma sentença arbitral

em conformidade com as condições especiais do presente contrato.

## CLÁUSULAS DEONTOLÓGICAS

### ARTIGO 67º Cláusulas deontológicas

- 67.1** Qualquer tentativa da parte de um candidato ou de um proponente no sentido de obter informações confidenciais, concluir acordos ilícitos com os seus concorrentes ou influenciar a comissão de avaliação ou a Entidade Adjudicante no decurso do processo de análise, de esclarecimento, de avaliação e de comparação das propostas dará origem à rejeição da sua candidatura ou proposta.
- 67.2** Salvo autorização prévia, por escrito, da Entidade Adjudicante, o adjudicatário de um contrato, o seu pessoal e qualquer outra sociedade a que o adjudicatário esteja associado ou ligado não podem executar obras, efectuar fornecimentos ou prestar outros serviços para o projecto, inclusive a título acessório ou em regime de subcontratação.
- 67.3** Esta proibição é igualmente aplicável a outros programas ou projectos que, devido à natureza do contrato, possam dar eventualmente origem a um conflito de interesses no que respeita ao adjudicatário.
- 67.4** Quando da apresentação da sua candidatura ou da sua proposta, o candidato ou o proponente deve declarar, por um lado, que não existe nenhum potencial conflito de interesses e, por outro, que não tem nenhuma ligação específica com outros proponentes ou outras partes que participam no projecto. Caso surja uma tal situação no decurso da execução do contrato, o adjudicatário deve comunicar imediatamente esse facto à Entidade Adjudicante.
- 67.5** O adjudicatário deve sempre agir com imparcialidade e como conselheiro leal, em conformidade com o código deontológico da sua profissão. Abster-se-á de prestar declarações públicas sobre o projecto ou os serviços, sem autorização prévia da Entidade Adjudicante. Não pode, de modo algum, vincular a Entidade Adjudicante sem o consentimento prévio, por escrito, desta última.
- 67.6** Durante a execução do contrato, o adjudicatário e o respectivo pessoal devem respeitar os direitos humanos e comprometer-se a respeitar as práticas políticas, culturais e religiosas do país beneficiário.
- 67.7** O adjudicatário não pode aceitar nenhum pagamento relacionado com o contrato que nele não esteja previsto. O adjudicatário e o seu pessoal devem abster-se de exercer qualquer actividade ou de beneficiar de qualquer vantagem incompatível com as suas obrigações para com a Entidade Adjudicante.
- 67.8** O adjudicatário e o seu pessoal são obrigados a manter o segredo profissional durante todo o período do contrato e após a sua conclusão. Todos os relatórios e documentos elaborados ou recebidos pelo adjudicatário são confidenciais.
- 67.9** A utilização pelas partes contratantes de todos os relatórios e documentos por elas elaborados, recebidos ou apresentados durante a execução do contrato, é regulada pelo contrato.
- 67.10** O adjudicatário abster-se-á de estabelecer qualquer relação que possa comprometer a sua independência ou a do seu pessoal. Caso não conserve a sua independência e desse facto resulte um prejuízo para a Entidade Adjudicante, esta última pode, independentemente do prejuízo sofrido, rescindir o contrato, sem notificação prévia e sem que o adjudicatário tenha direito a qualquer indemnização.

- 67.11** A Comissão reserva-se o direito de suspender ou anular o financiamento dos projectos caso sejam detectadas quaisquer práticas de corrupção em qualquer fase do processo de adjudicação do contrato ou durante a execução do contrato e a Entidade Adjudicante não tome todas as medidas adequadas para corrigir a situação. Na acepção da presente disposição, por “práticas de corrupção”, entende-se qualquer oferta de suborno, prenda, gratificação ou comissão, a título de incentivo ou recompensa, para que alguém realize ou se abstenha de realizar actos relacionados com a adjudicação de um contrato ou com a execução de um contrato já celebrado com a Entidade Adjudicante.
- 67.12** Tais despesas comerciais extraordinárias são as comissões não mencionadas no contrato principal ou não resultantes de um contrato celebrado correctamente e conexo com o contrato principal, as comissões não pagas em contrapartida da prestação de um serviço efectivo e legítimo, as comissões pagas num paraíso fiscal, as comissões pagas a um beneficiário não claramente identificado ou as comissões pagas a uma sociedade que apresente todas as características de uma sociedade de fachada.
- 67.13** O adjudicatário do contrato compromete-se a fornecer à Comissão, mediante pedido desta última, todos os documentos justificativos relacionados com as condições de execução do contrato. A Comissão Europeia pode realizar todos os controlos documentais ou no terreno que considere necessários para obter provas, em caso de suspeita de despesas comerciais extraordinárias.

#### **ARTIGO 68º Sanções administrativas e financeiras**

- 68.1** Sem prejuízo da aplicação de sanções contratuais, um adjudicatário culpado de falsas declarações, que cometeu erros graves, irregularidades ou fraudes, ou que desrespeitou gravemente as suas obrigações contratuais poderá ser excluído dos contratos e subvenções financiados pelo orçamento comunitário por um período máximo de cinco anos a contar da declaração de incumprimento, confirmada após procedimento contraditório com o adjudicatário. O adjudicatário faz valer as suas objecções quanto à sanção no prazo de 30 dias a contar da sua notificação por carta registada, com aviso de recepção, ou por qualquer outro meio equivalente. Se o adjudicatário não der resposta ou se a Comissão retirar, por escrito, a sanção, no prazo de 30 dias subsequentes à recepção da argumentação referida, deve ser executada a decisão que aplica a sanção. Este período pode ser aumentado para dez anos no caso de reincidência nos cinco anos subsequentes ao primeiro incumprimento.
- 68.2** O adjudicatário declarado culpado de falta grave de execução em razão de incumprimento das suas obrigações contratuais será, além disso, objecto de sanções financeiras de um montante equivalente a 10% do valor total do contrato em causa. Esta percentagem pode aumentar para 20 % no caso de reincidência nos cinco anos subsequentes ao primeiro incumprimento.

#### **ARTIGO 69º Verificação e controlo por parte de organismos comunitários**

- 69.1** O adjudicatário aceita que a Comissão Europeia, o Organismo Europeu de Luta Anti-Fraude (OLAF) e o Tribunal de Contas das Comunidades Europeias, possam efectuar os controlos documentais ou no terreno no que respeita à execução do projecto, bem como uma auditoria completa, se necessário, com base nos documentos comprovativos das contas, outros documentos contabilísticos ou relativos ao financiamento do projecto durante um período de 7 anos após o pagamento do saldo final.
- 69.2** Além disso, o adjudicatário autoriza o Organismo Europeu de Luta Anti-fraude a efectuar os controlos e verificações no local, de acordo com os procedimentos previstos pela legislação comunitária, com vista à protecção dos interesses financeiros das Comunidades Europeias na luta contra eventuais fraudes ou irregularidades.

- 69.3** Para o efeito, o adjudicatário compromete-se a autorizar ao pessoal da Comissão Europeia, do Organismo Europeu de Luta Anti-Fraude e do Tribunal de Contas, bem como às pessoas por eles mandatadas, o acesso às instalações e outros locais de execução do contrato, incluindo aos respectivos sistemas informáticos e ainda o acesso a todos os documentos e dados informatizados relativos à gestão técnica e financeira do projecto, e a tomar as medidas destinadas facilitar essa tarefa. O acesso de pessoas mandatadas pela Comissão Europeia, pelo Organismo Europeu de Luta Anti-Fraude e pelo Tribunal de Contas obedece a condições de estrita confidencialidade no que diz respeito a terceiros, sem prejuízo das obrigações de direito público a que estão sujeitas. Os documentos devem ser acessíveis e classificados de forma a permitir um controlo fácil, devendo o adjudicatário informar a Entidade Adjudicante do lugar exacto onde são guardados.
- 69.4** O adjudicatário compromete-se a assegurar que os direitos da Comissão, do Organismo Europeu de Luta Anti-Fraude e do Tribunal de Contas no que respeita à execução de auditorias, controlos e verificações sejam igualmente aplicáveis, em igualdade de condições e segundo as modalidades previstas no presente artigo, aos eventuais subadjudicatários ou outras partes que beneficiem dos fundos comunitários.